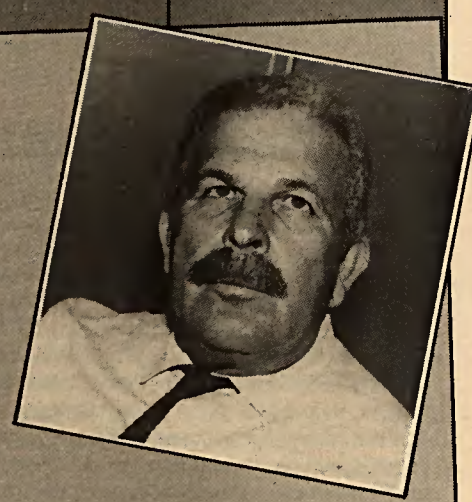


UNIVERSIDADE

HÁ VAGAS (limitadas)

Para resolver o problema imposto pelo maior número de candidatos do que de vagas e para continuar assegurando o ingresso dos que reúnem melhores condições para seguir o ensino superior, a VUNESP (Fundação para o Vestibular da UNESP) procura aperfeiçoar cada vez mais o seu vestibular, uma instituição que

existe no País há 77 anos (veja nas páginas 4 e 5). Na entrevista desta edição (páginas 6 e 7), o professor Carlos Felício Vanni (foto ao lado), um especialista em avaliação do rendimento escolar, discute alguns dos aspectos que envolvem o vestibular, incluindo a intenção do MEC de extinguir o concurso.



Objetivos da Universidade e o novo estatuto

JORGE NAGLE

Não há muito o que dizer sobre os objetivos da Universidade. Já estão consagrados e se resumem ao ensino, à pesquisa e à extensão de serviços à comunidade. Destaque deve ser dado à pesquisa, pois constitui o principal elemento diferenciador da Universidade em relação às demais instituições escolares.

É importante perceber que os objetivos de cada instituição escolar prevêm os resultados a serem alcançados pelo conjunto de instituições da mesma natureza. Assim, as universidades, ou as unidades universitárias ou mesmo instituições de ensino superior, propõem em seus estatutos e regimentos aquela tríplice função. A mesma previsão ocorre com as escolas de 1º e de 2º graus. De acordo com a legislação vigente, as escolas de 1º e de 2º graus têm como "objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania"; por sua vez, "o ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdos e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos", enquanto "o ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente".

Como podemos verificar, os objetivos gerais de cada um dos graus escolares fornecem os primeiros esclarecimentos sobre os resultados que deverão ser obtidos em cada um deles. Considerando-se a "escada" da escolarização, os objetivos vão se diversificando para cada conjunto das escolas; conseqüentemente, os objetivos são proposições que prescrevem valores ao nível do sistema escolar. Se for levado em conta o fato de o sistema escolar constituir uma parte do sistema social mais amplo (a sociedade, no seu todo), então não fica difícil observar aspectos importantes: de um lado, cada grau escolar abrange uma das etapas da educação escolar, com seus próprios objetivos gerais e específicos, grau esse que, por sua vez, apresenta um encaixe particular no sistema escolar; de outro lado, os objetivos gerais e específicos de cada grau devem inspirar-se nos pressupostos de determinada sociedade, naquilo que lhe é específico, bem como nos pressupostos da civilização em que se vive, considerada em suas dimensões universais. Tais pressupostos mais abrangentes denominam-se finalidades da escolarização. Desse modo, qualquer que seja a especificação que se faça, quer quanto aos graus escolares, quer quanto às modalidades em cada grau, as finalidades não constituem proposições de natureza propriamente educacional ou pedagógica, mas proposições que compreendem pressupostos da ordem histórica mais ampla, traduzidos para o campo especial da educação escolar. Em síntese, as finalidades decorrem do sistema de valores do meio cultural,

econômico-social e histórico — na verdade, correspondem às aspirações de um projeto social, que contém uma concepção de homem e da sociedade no seu dever-ser. Por esses motivos, os objetivos da Universidade ganham pleno significado quando estão relacionados às finalidades que lhes servem de fundamento ou de referência.

Ora, não é por outras razões que, no caso brasileiro, aos objetivos de cada grau escolar estabeleceu-se que "A educação, inspirada no espírito de unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola". (Constituição Federal, Art. 176). E que "A Educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; g) a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça". (Lei Federal n.º 4.024/61 — Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional —, Art. 1º).

Feita a necessária distinção entre finalidades e objetivos, distinção essa a ser observada no Estatuto e Regimento Geral da Universidade, fica claro porque na Indicação que acompanhou o projeto substitutivo, apresentado pela Reitoria, afirmamos que o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços não eram propriamente fins (finalidades), mas meios (objetivos) em relação àqueles. E que as atividades-fins da Universidade, justamente aquelas que representaram, historicamente, seus traços fundadores, precisavam ser repostas e conservadas; neste caso, mencionamos a expansão dos limites do saber (filosófico, científico, tecnológico, artístico), estimulando a reflexão crítica, preservando a cultura e a identidade nacional, visando, permanentemente, à melhoria da qualidade de vida (cf. "Substitutivo contempla caráter multicampus", *Jornal da UNESP*, n.º 20, out./87, págs. 6-7; ver, especialmente, "A discussão sobre a Universidade e a semântica", de Rogério C. Cerqueira Leite, transcrito no *Jornal da UNESP*, n.º 7, jun./86, pág. 2).

Finalmente, é importante, ainda, estabelecer diferenças entre finalidades e objetivos, de um lado, e "fatores condicionantes", de outro. Como fatores condicionantes, podemos mencionar, por exemplo, a descentrali-

zação e a participação. Como dá a entender o mesmo autor, no artigo citado, os objetivos maiores da Universidade podem ser alcançados sem que seja preciso recorrer a procedimentos ou medidas de caráter descentralizador ou participativo; digamos que, por isso mesmo, tais instrumentos não podem ser considerados como objetivos, muito menos como finalidades da Universidade. O que se pode dizer é que esses e outros fatores caracterizam, antes de tudo, um possível estilo administrativo; assim sendo, pertencem mais à ordem executiva que à ordem normativa mais abrangente e essencial. Em conseqüência, enquadram-se melhor como desdobramentos de possíveis linhas de política educacional da Universidade.

Este encaminhamento chama a atenção para um dado importante: nos estatutos e regimentos gerais não se costumam incluir, de forma sistemática e coerente com essas peças normativas básicas, títulos ou capítulos capazes de definir as diretrizes gerais da política educacional da instituição — esta é uma grave falha tanto do "subsistema" das escolas superiores como de todo o "sistema" escolar brasileiro. Por sua vez, os procedimentos e as medidas, decorrentes dessa política, e selecionados para conduzirem o plano executivo das atividades ou práticas universitárias, não constituem questões a serem resolvidas em estatutos ou regimentos gerais; são propriamente da alçada de deliberações e portarias, por exemplo. A ausência de diretrizes gerais sobre política educacional mostra que o comum das mudanças estatutárias e regimentais não vão além de alterações mais voltadas para questões de caráter imediato, isto é, são modificações que nem sempre chegam a propor e a articular diretrizes (correspondentemente, procedimentos e medidas, mas num outro contexto), concebidas com o propósito de visualizar o desenvolvimento futuro da Universidade (política educacional).

Foi por isso mesmo que, na Indicação que acompanhou o projeto substitutivo, procuramos combinar realidade presente e utopia. "Ser uno mismo és, siempre, llegar a ser ese otro que somos y que llevamos escondido en nuestro interior, más que nada como promesa o posibilidad de ser". (Octavio Paz, *El laberinto de la soledad*). Ser esse outro que somos, enquanto promessa ou possibilidade, exigirá de cada um de nós a competência e a coragem suficientes para pensar e atuar na Universidade por meio de uma política educacional clara e sistemática. Política essa que coordene ações no curto, no médio e no longo prazos, distanciando-se tanto da imediatez como da tirania do status quo. Enfim, é por meio de uma política educacional que se articula o presente com o futuro; ela compreende um conjunto de propósitos de diferentes ordens, bem como um conjunto de decisões a serem tomadas nos diferentes níveis — é, justamente, sobre essa problemática que precisamos pensar seriamente.

Conselho aprova alterações na Pós-Graduação

O Conselho Universitário aprovou, em sessão realizada dia 17 de dezembro, alterações no Regimento Geral da Pós-Graduação e que visam a melhoria do funcionamento dos cursos. As mudanças, propostas pela Câmara Central de Pós-Graduação, partiram de sugestões provenientes das próprias Unidades.

Foram mantidos e suprimidos do atual Regimento alguns artigos e/ou parágrafos. Uma das alterações aprovadas foi quanto aos prazos mínimos para conclusão dos programas de mestrado e doutorado, compreendendo a apresentação da dissertação, ficando, respectivamente, de um e dois anos (antes era de um e cinco anos). Os prazos máximos, no

entanto, decidiu-se que serão fixados pelo regulamento de cada curso.

Sobre a indicação do orientador pelo candidato aprovado para o curso de pós-graduação, incluiu-se um parágrafo único no artigo 22, suprimindo-se os cinco que existiam. Nesse parágrafo fica deliberado que o "regulamento do curso formulará os procedimentos para indicação do orientador e eventual transferência para outro".

Foi decidido também que para responder pelo desenvolvimento das atividades programadas (artigo 34) serão escolhidos, através de eleição, pelo Conselho do Curso ou de Área, um coordenador e um subcoordenador, am-

bos vinculados às disciplinas do domínio específico da área de concentração e lotados na unidade. Antes dessa alteração, a Congregação designava somente um Coordenador.

AFASTAMENTO

O C.O. definiu como sendo de seis meses o período mínimo de afastamento sem prejuízo de vencimentos em que o docente fica obrigado a permanecer na Universidade por igual período. Para tanto, o docente, ao se afastar, terá de assinar um termo de compromisso; no caso de não cumprimento, deverá restituir à UNESP o montante da remuneração recebida durante o afastamento com acréscimos legais de juros e correção monetária.

unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 - Cep 01001 - São Paulo, SP

Campus Universitários: Aracatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Outra Unidade: Instituto de Física Teórica (São Paulo)

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia - FATEC - de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Antenor Araújo, Antonio Christofletti, Antonio Espada Filho, Antonio Gilberto F. Fernandes, Antonio Quelce Salgado, Carlos Landucci, Carminda da Cruz Landim, Fernando Mesquita Lara, Jói Ariki, José Ribeiro Júnior, José Ruy Ribeiro, Lourival Larini, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzetto, Nilo Odália, Ricardo Antonio de Arruda Velga, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi e William Saad Hossne.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantonio, Jehud Bortolozzi, Manoel Dias Martins e Roberto Ribello Bazilli (titulares); Antonio Carlos Buzoli, Eler Schall Amorim, Gil do Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Cariola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati, Gerson Munhoz dos Santos, José Perózim, Luis Antônio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dêb Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Márcio Antônio Teixeira, Reynuncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antônio Kimald, Arlêta Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araújo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Aírton Campesl, Alberto Ney Freitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordelro da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Lulz Gonçalves Rodrigues, Mário Yukiyasu, Reinaldo Teixeira de Oliveira, Sérgio Grosso e Waldemar Pessoa da Cruz.

CEETPS: Oduvaldo Vendrameto

FAESP: José João Auad Júnior

FIESP: Horário Lafer Piva

FCESP: Abram Szajmam

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Redação: José Roberto Ferreira (MT - 17.039) — editor; Adriana Machado, José Antonio Dahwache, Katia Salsi e Denise Pellegrini Montes.

Arte: Celso Pupo

Fotos: Clóvis Ferreira Lima

Tiragem: 15.700 exemplares

Composição, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Joruês.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Ensino público

Tem razão o professor Florestan Fernandes quando, em entrevista (*Jornal da UNESP*, n.º 22, dezembro/87, págs. 6-7), chama a atenção para "o empobrecimento da consciência da necessidade do ensino público, da importância do ensino público em um país como o Brasil". E continua: "Hoje, a necessidade de se defender a escola pública não é tão disseminada nem tão forte, por isso a situação, neste momento, é mais grave".

Mais grave em relação a quê? O próprio entrevistado relembra a Campanha em Defesa da Escola Pública. Conduzida, com maior volume, a partir do final dos anos 50, ela representou verdadeiro movimento social. Mobilizando a sociedade brasileira durante um longo período, ampliou o campo de consciência dos cidadãos, ao demonstrar que a escola pública, por ser pública (ou oficial), atende a um dos direitos inalienáveis da pessoa humana; conseqüentemente, cabe ao Estado o dever, também inalienável, de proporcionar, aos cidadãos, as condições para a frequência à escola criada e mantida pelo próprio Estado. A história da educação mostra como os Estados assim procederam, criando e mantendo seus próprios sistemas escolares, instituindo a obrigatoriedade de frequência e, em decorrência, a gratuidade.

À questão do direito e do dever, questão fundamentalmente filosófica, a Campanha em Defesa da Escola Pública — até então o qualificativo público subentendia o gratuito — adicionou argumentos de natureza social. Assim, da idéia segundo a qual o Brasil, país dependente, apresentava profundos desníveis no que se refere à distribuição da renda — uns pouquíssimos ricos e a grande maioria da população extremamente pobre — ressaltou a importância de uma outra função para a escola pública: esta seria um efetivo canal para diminuir os efeitos perversos de uma estrutura social desequilibrada. Chegou-se mesmo, à afirmação de que a disseminação da escola pública seria elemento valioso de estabilidade social, pois poderia atenuar as profundas diferenças entre as classes sociais; profundas diferenças essas que provocavam perigosas conseqüências para a convivência social.

Nem foi deixada de lado a importância da escola pública para o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo. Dessa forma, à perspectiva coletiva (social) combina-se a realização pessoal de cada um, enriquecendo-se, assim, a própria doutrina em que se fundamentava a pregação sobre a escola pública.

O quadro apresentado, como se percebe, continha um forte alcance



popular, ao estabelecer para a escola pública (gratuita) uma fonte de equalização das oportunidades de participação nos bens culturais a serem transmitidos pelas instituições escolares, desde a escola primária até a superior; desde a escola fundamental, núcleo imprescindível da formação da cidadania, até a escola superior, matriz da formação de pessoal altamente qualificado, quer para a empresa privada, quer para os órgãos do Estado. Nesse sentido, a Campanha em Defesa da Escola Pública revelou um agudo sentido progressista. Considerando a escola pública como um dos mais imediatos canais da democratização da sociedade brasileira, naquele momento, teve a sensibilidade de perceber que essa necessária democratização não poderia ser deixada ao arbítrio dos interesses mutáveis, para dizer o mínimo, das empresas privadas. Daí resultou a pregação que consistiu em reservar recursos públicos exclusivamente para a escola pública, pois, só assim, seria possível atender, do ponto de vista educacional, ao grosso da população, e não mais, e somente, a um pequeno grupo economicamente bem protegido.

Podemos, hoje, dizer que a proposta então formulada pela Campanha em Defesa da Escola Pública conserva, do ponto de vista doutrinário e operativo, uma grande atualidade?

Acreditamos que sim. Evidentemente, nestes últimos trinta anos o país mudou em vários aspectos. Continua, porém, com os proble-

mas, agora agravados, no que refere à distribuição da renda nacional, com repercussões intoleráveis quando consideramos o processo educativo-escolar, especialmente o aprofundamento das características excludentes do nosso "sistema" escolar.

Excludente, num triplo sentido. De um lado, porque expulsa, prematuramente, um conjunto de alunos que não conta com as condições mais favoráveis para o prosseguimento dos estudos — o que pode ser exemplificado pelo alto grau de repetência nas primeiras séries do 1.º grau; nem se deve omitir a ocorrência do mesmo fenômeno quando se considera a 5.ª série, ainda do 1.º grau, bem como a passagem do 1.º para o 2.º grau e, a deste, para o 3.º. De outro lado, porque o caráter excludente aparece sob a forma de incapacidade do "sistema" escolar absorver, na idade própria, a clientela potencial de crianças, de adolescentes e de jovens — observe-se que, se a escola de 1.º grau, ainda apenas nominal, encontra-se quantitativamente, em razoáveis condições de abrigar as crianças e os adolescentes dos 7 aos 14 anos, não podemos esquecer o elevado grau de analfabetismo que o país apresenta, nem se pode aceitar a pequena quantidade de escolas do 2.º e do 3.º graus, sem condições de proporcionarem a necessária continuidade dos estudos para aqueles que conseguem chegar ao final da escola de 1.º ou de 2.º graus, conforme o caso. Finalmente, excludente porque o ensino pago nas

escolas privadas afasta, por questões financeiras, uma grande parcela de alunos, pois não têm condições de arcar com as despesas, cada vez mais elevadas, exigidas pela escola particular. E o que é grave, em contrapartida, o Poder Público não tem tido suficiente vontade política para, pelo menos, ampliar as vagas da escola pública. Nesse quadro, não constitui afirmação leviana dizer que, gradualmente, assistimos à privatização do "sistema" escolar brasileiro.

É absolutamente necessário recolocar, nos dias de hoje, o ideário da Campanha em Defesa da Escola Pública. O ideário, seus procedimentos, suas medidas. Uma nova Campanha em Defesa da Escola Pública precisa ser planejada e executada, para combater "o empobrecimento da consciência da necessidade do ensino público em um país como o Brasil". Hoje, a questão assume gravidade maior. Não podemos, à semelhança da personagem de Eça de Queiroz (*O Conde de Abranhos*), continuar, apenas repetindo, o que o "ilustre" homem público português proclamava: "— Ele há muitas questões... Há questões terríveis. Há a prostituição... o pauperismo... Ele há muitas questões... (...) — Ele há muitas questões! Questões terríveis: o pauperismo, a prostituição! São grandes questões! Questões terríveis!... (...) — Os senhores podem crê-lo, nem tudo são chalaças; ele há questões terríveis... A prostituição, o pauperismo, o ultramontanismo... Questões terríveis".

A avaliação da competência exige competência

Independentemente de o vestibular ter sido transformado no maior vilão nacional do momento, na UNESP se vem procurando fazer com que o concurso realmente selecione os melhores candidatos, os que efetivamente demonstram maior competência para seguir o curso que escolheram. Porém, não se chega a isso — que é obviamente o grande papel do vestibular — por um passe de mágica ou somente através de boas intenções. Em resumo, para escolher os candidatos mais competentes o vestibular também tem de ser competente. É nessa espiral sem fim que a VUNESP (Fundação para o Vestibular da UNESP) está inserida — e com maior vigor ainda a partir de 1986, quando, depois de seis concursos realizados sob o mesmo modelo, a Reitoria resolveu iniciar estudos que indicaram a necessidade de mudanças.

Pela primeira vez, a VUNESP e a Câmara Central de Graduação da Universidade sentaram-se à mesma mesa, e os resultados não poderiam ter sido

melhores. Da articulação, foram propostas mudanças no conjunto do vestibular (do número de questões à forma de correção das provas), que passou a ser considerado muito próximo do ideal.

Veja nesta página que mudanças foram essas, de que maneira está organizado o vestibular e como funciona a VUNESP. Na página seguinte, conheça as alterações promovidas no vestibular desde sua implantação no Brasil, em 1911, as estratégias utilizadas pelos cursinhos e as variações dos números de inscritos em alguns dos maiores concursos do país.

Nas páginas 6 e 7, em entrevista, o professor Carlos Felício Vanni, diretor presidente da VUNESP e um dos maiores especialistas do país em sistemas de avaliação, fala, entre outros assuntos, da polêmica gerada pela descoberta de fraudes em alguns vestibulares e das implicações políticas e técnicas do vestibular.

Mudanças na VUNESP proporcionam seleção mais justa

Transformar a prova de conhecimentos específicos em discursiva e avaliar o candidato pelo seu desempenho global no vestibular. Foram essas as mudanças básicas realizadas pela VUNESP a partir de seu vestibular 87 e que refletem sua preocupação em selecionar, de forma justa, os candidatos mais competentes para o curso superior.

Até então, as provas da VUNESP eram divididas entre 70 questões de conhecimentos gerais, apresentadas sob a forma de múltipla escolha, com peso um, e 50 questões de conhecimentos específicos, também em forma de teste, com peso três, segundo a área do candidato. Ou seja: o candidato a uma vaga da área de Exatas tinha uma prova de conhecimentos específicos sobre Física, Química e Matemática; o de Biológicas, uma prova de Biologia, Física, Química e Matemática; e o de Humanas, de História, Geografia, Comunicação e Expressão. Além dessas, todos os vestibulandos eram submetidos a uma prova escrita de comunicação e expressão, com peso um.

Apesar de aplicadas em uma única fase, as provas eram corrigidas em duas etapas. Em primeiro lugar, corrigia-se a prova de conhecimentos específicos, selecionando-se cinco candidatos por vaga. Só então passava-se a corrigir as provas de conhecimento geral e de comunicação e expressão dos que foram selecionados.

Esse sistema, entretanto, passou a se mostrar ineficiente em termos de uma seleção mais justa, uma vez que independia o número de candidatos para a seleção daqueles que teriam suas provas de conhecimento geral e de comunicação e expressão corrigidas. O número de selecionados já era limitado "a priori", o que poderia fazer com que um candidato com conhecimentos específicos razoáveis mas excluído na primeira etapa em função da limitação do número de classificados, não tivesse as demais provas corrigidas, onde poderia ter se saído melhor que os classificados.

Assim, a partir de 87, todos os candidatos passaram a ter todas as suas provas corrigidas e, a prova de conhecimentos específicos, a ser discursiva. O objetivo principal da mudança, além de tornar mais justa a seleção, era melhorar a qualidade do candidato aprovado. A primeira fase continuou em forma de testes e comum a todas as áreas, avaliando o conhecimento adquirido no segundo grau. Já a prova de conhecimentos específicos passou a avaliar se o nível de conhecimento era o suficiente para acompanhar o curso escolhido. A de comunicação continuou no mesmo esquema, avaliando os conhecimentos de gramática, literatura, interpretação de textos e redação.

"Apesar da mudança representar um aumento de despesas — conforme explica o diretor superintendente da VUNESP, José Fausto Baptista Domingues — uma vez que todas as provas de todos os candidatos passaram a ser corrigidas, o vestibular da VUNESP ganhou também reconhecimento de especialistas na área". Nicolau Marmo, coordenador geral do Curso Anglo Vestibulares, por exemplo, considera o vestibular da VUNESP "um modelo de vestibular, que tem



José Fausto Baptista Domingues

conseguido, com seu bom sistema, elaborar provas adequadas e fazer uma boa seleção", afirma.

Para o vestibular deste ano, "a única alteração foi a redução do número de questões da prova de conhecimentos específicos, que passou de 50 para 40, pois uma avaliação do exame do concurso anterior revelou que o tempo para responder às questões discursivas foi insuficiente", como explica a professora Maria Isabel Leme Faleiros, do ILCSE — Araraquara e presidente do Conselho Curador da VUNESP.

CCG

Apesar de ser o Conselho Curador da Fundação o órgão deliberador das mudanças procedidas no vestibular, a participação extra-oficial da Câmara Central de Graduação da Universidade no processo veio enriquecer as discussões que culminaram com as alterações.

Segundo o professor Antonio Cesar Perri de Carvalho, presidente da Câmara, o vestibular sempre foi uma das preocupações da CCG desde o início de sua gestão, no final de 1985. Desde então, foram realizadas várias reuniões conjuntas com o objetivo primeiro de adequar o vestibular às peculiaridades da UNESP, tornando-o um eficiente instrumento de seleção dos futuros estudantes universitários.

Em decorrência dessa pioneira e bem-sucedida integração entre um Órgão Colegiado Superior de Ensino da Universidade e a VUNESP, foi despertado o interesse em aprofundar ainda mais esse relacionamento. A VUNESP, então, convidou para participar regularmente das reuniões de seu Conselho Curador um representante da Câmara, tendo sido indicado o nome da professora Raquel Volpato Serbino, do IB-Botucatu, que desde o final do ano passado toma parte das reuniões. Segundo a professora Maria Isabel Faleiros, já começa a ser estudada a proposta de alteração do Estatuto da Fundação, de modo que o representante da CCG passe a integrar o Conselho e a ter direito de voto.

Além dessa participação, a Câmara formou uma comissão interna para estudo do vestibular que, segundo o professor Perri, já levantou outros aspectos que merecem uma reanálise futura.

Um novo sistema no momento certo

Criada em 11 de dezembro de 1979, a Fundação para o Vestibular da UNESP (VUNESP) surgiu a partir de uma necessidade da Universidade ter seus exames vestibulares adequados aos seus cursos e à clientela a que se destina. Até então, os vestibulares da UNESP vinham sendo realizados juntamente com os da USP, através da FUVEST. Mas, suas próprias características, como estar distribuída por diferentes cidades, com diversos cursos e destinar-se basicamente à população do interior do Estado, acabaram levando a situações como o não preenchimento de vagas. O momento era, portanto, mais do que oportuno para se repensar o sistema.

Uma comissão foi formada na ocasião especificamente para estudar a questão. O resultado foi a sugestão de se criar uma entidade própria para fazer o vestibular independente e, em 1979, a VUNESP era oficializada. Já no início do ano seguinte, realizava seu primeiro concurso, destinado à seleção de candidatos no Instituto de Artes do Planalto, em São Paulo, e, em 1981, passava a realizar também o vestibular para todas as unidades, além de escolas particulares.

ORGANIZAÇÃO

Quem define a política de atuação da VUNESP é o seu Conselho Curador. Composto por nove membros (e respectivos suplentes) escolhidos pelo reitor dentre o quadro da UNESP, seus mandatos são de quatro anos (*). Suas principais atribuições são propor programas anuais e plurianuais de investimentos, alterar o Estatuto, apreciar o relatório de prestação de contas da Diretoria Executiva, pronunciar-se quanto a doações e aquisições de bens imóveis, aprovar convênios e acordos com outras entidades e, principalmente, elaborar a proposta do vestibular a

ser submetida à aprovação do Conselho Universitário da UNESP. Sua atuação é deliberativa, deixando para a Diretoria Executiva as tarefas de execução.

A Diretoria Executiva é composta por um diretor presidente, um diretor superintendente e um diretor financeiro, também indicados pelo reitor e com mandatos de quatro anos. Ao diretor presidente compete representar a Fundação, receber bens, doações, subvenções e assinar convênios ou acordos aprovados pelo Conselho Curador, além de movimentar contas bancárias, juntamente com os demais diretores. O planejamento, organização, orientação, direção e controle das atividades administrativas da Fundação são tarefas do diretor superintendente, a quem cabe também a contratação de serviços e de pessoal ou a criação de comissões para consecução das atividades inerentes aos objetivos da VUNESP.

O diretor financeiro é quem elabora o orçamento e o balanço anual, planeja e acompanha a execução do programa financeiro, sendo também responsável pelo patrimônio da Fundação.

A VUNESP está sediada, desde 1981, na rua Abílio Soares, 452, no Paraíso, em São Paulo.

(* Atualmente, compõem o quadro da VUNESP: Conselho Curador: Maria Isabel Leme Faleiros (ILCSE — Araraquara), como presidente; José Geraldo Baumgartner (FCAV — Jaboticabal), como vice-presidente; Carminda da Cruz Landim (IB — Rio Claro); Fernando Dagnoni Prado (IGCE — Rio Claro); João Bosco da Costa Azevedo (FEFCS — Marília); Nereu Carlos Prestes (FMVZ — Botucatu); Roberto Gomes Camacho (FO — São José dos Campos); Tetuo Okamoto (FO — Araçatuba); e Vagner José Oliva (FE — Guaratinguetá). Diretoria Executiva: Carlos Felício Vanni (ILCSE — Araraquara), como diretor presidente; José Fausto Baptista Domingues (FM — Botucatu), como diretor superintendente; e Luiz Fernando Tozi Marques (Reitoria), como diretor financeiro.

Realização exige ampla estrutura

Para que o vestibular seja realizado nas datas programadas, há um longo caminho a ser percorrido, desde o planejamento até a divulgação dos aprovados, envolvendo um sem número de pessoas e órgãos além da VUNESP.

Os trabalhos iniciam-se com a elaboração pelo Conselho Curador da proposta do vestibular que, passando pela aprovação do CO, é institucionalizada através de resolução baixada pelo reitor. A partir de então, começam as tarefas práticas, como levantamento de recursos, estabelecimento do cronograma e checagem do programa de computadores que emite, por exemplo, os cartões de identificação dos candidatos. A etapa seguinte é a escolha dos especialistas que vão elaborar as questões. Uma preocupação nessa fase, e durante todo o processo, é com o sigilo. Uma vez prontas, as provas são guardadas em caixas-forte com policiamento 24 horas por dia.

Além disso, são também selecionadas cerca de 300 pessoas que farão a correção das 220 questões e uma redação por candidato.

Muito antes da realização das provas, é feito também o recrutamento dos 50 coordenadores (um para cada local de prova), que serão os responsáveis pela convocação e treinamento de uma equipe de fiscais e auxiliares.

Simultaneamente, a VUNESP divulga o vestibular junto aos estudantes, através da distribuição de cartazes por escolas, cursinhos e agências do Banespa, além de manter estreito contato com a imprensa. Outro serviço é o telefone 139, que fornece informações sobre os vestibulares da VUNESP.

Mas fora essa estrutura básica, há outros órgãos que acabam se envolvendo, como a Polícia Militar, que cuida da vigilância e segurança nos dias de prova e correção, e a Polícia Rodoviária, que auxilia os vestibulandos que se deslocam para prestar o exame.



Uma história marcada por muitas alterações

Machado de Assis já se referia, no conto "Missa do Galo", aos "exames preparatórios" que, no século passado, se constituíam em exames de conclusão do ensino secundário destinados a verificar exclusivamente o conhecimento do aluno que se candidatava ao ensino superior. O ensino secundário era, portanto, um curso preparatório para esses exames. Mas, oficialmente, o vestibular só foi introduzido na legislação brasileira com a Reforma Rivadavia Correia, em 1911, com os Decretos nº 8.661 e 8.662, que aprovavam respectivamente os regulamentos das Faculdades de Medicina e das Faculdades de Direito.

Na sua concepção, o vestibular era para avaliar globalmente o desenvolvimento intelectual do candidato e para aferir sua capacidade para fazer o curso superior. Uma preocupação básica era não atrelar o ensino fundamental ao superior.

Esse princípio, entretanto, acabou sendo desvirtuado com as reformas que se seguiram. Por exemplo, a Reforma de 1915 de Carlos Maximiliano (Decreto nº 11530 de 18 de março) e, especialmente, a Reforma João Luís Alves e Rocha Vaz (Decreto nº 17782-A, de 13 de janeiro de 1925). Nesta última, aparece pela primeira vez a proposta de classificação e admissão dos candidatos conforme o número de vagas; elimina-se, já em 1925, a figura do candidato excedente. Ainda em 1931, com a Reforma Francisco Campos (Decreto 19890/31), o secundário passou a dividir-se entre uma parte fundamental e uma complementar, já destinada à especialização, segundo a opção profissional. Esta parte era ministrada nas próprias escolas superiores. A Reforma Capanema de 1942 (Decreto 21241/32) não alterou esse quadro, uma vez que, apesar de extinguir a parte complementar, criou os colegiais clássico e científico, também destinados à preparação dos estudantes para continuidade dos estudos em nível superior.

Durante a década de 50, algumas medidas foram tomadas com relação ao acesso ao ensino superior, destacando-se aquelas referentes à equivalência de cursos previamente exigidos para inscrição aos exames vestibulares.

Com o aumento da demanda, provocado pela rápida industrialização do país, o vestibular passou a ser um instrumento para eliminar candidatos e não para selecioná-los. A nota mínima exigida ora não era atingida por um número suficiente de candidatos ou era atingida por um número muito grande de candidatos, o que, no primeiro caso, provocava o abaixamento "a posteriori" da nota mínima e, no segundo, criava a figura do excedente.

Para corrigir esse segundo problema, os exames vestibulares passaram a exigir conhecimentos cada vez mais específicos, transferindo muitas vezes conteúdos próprios do ensino superior para o curso secundário, o que provocou efeitos desastrosos tanto para a escola secundária como para a superior.

A escola secundária, incapaz de especializar-se para os inúmeros vestibulares existentes — que, em função do número crescente de candidatos, já se utilizava dos testes de múltipla escolha — repassa aos cursos preparatórios a tarefa de treinar os candidatos aos vestibulares. O período se caracteriza pelo crescimento das distorções com os vestibulares cada vez mais difíceis e despropositados, os colégios cada vez mais enfraquecidos e os cursinhos cada vez mais prestigiados, além do ensino superior não passar a contar com estudantes mais aptos para o trabalho universitário. Foi neste estado que chegamos à década de 70.

REFORMAS

Nesse contexto, surge a reforma universitária com a Lei 5.540, de 1968, que consagrava a abrangência e identidade de conteúdo e a unificação da realização do vestibular, princípios referendados pelo Decreto 68.908, de 1971, que reafirmava o caráter classificatório do vestibular.



No vestibular/88, as provas foram realizadas em 50 escolas (capital e interior).

Simultaneamente, o crescimento acentuado do número de candidatos e o problema dos excedentes levaram a uma desenfreada expansão do ensino superior, principalmente de instituições particulares, fenômeno também verificado no segundo grau e que, segundo especialistas, foi a causa da queda na qualidade de ensino, com estudantes que não conseguiam sequer expressar-se por escrito de forma organizada, correta e clara.

Diante dessas críticas, o MEC instituiu, em 1976, o grupo de trabalho encarregado de oferecer sugestões para aperfeiçoamento da língua portuguesa. Uma das sugestões aprovadas foi a inclusão da prova de redação no vestibular, medida que tem sido criticada

pois joga para o vestibular a responsabilidade de solucionar os problemas do ensino.

Foi nessa mesma perspectiva, entretanto, que surgiu, em 1977, o Decreto 79.298, que passou a reger o vestibular a partir de janeiro de 1978. Seus dispositivos estabeleciam tanto a inclusão obrigatória da prova de redação, como "a utilização de mecanismos de aferição que assegurem a participação, na etapa final do processo classificatório, apenas dos candidatos que comprovem um mínimo de conhecimentos a nível de 2º grau e de aptidão para prosseguimento de estudos em curso superior". O decreto revogava também as disposições do decreto anterior que, por exemplo, limitavam o conteúdo das provas às dis-

Grandes cursinhos desenvolvem esquemas próprios

Na corrida para uma vaga numa universidade, o vestibulando passa por uma porta quase que obrigatória: a dos cursos de preparação do vestibulando. Sem enfrentar essa etapa dificilmente terá chances de conseguir uma vaga. E os cursinhos, numa disputa de mais de duas décadas, desenvolvem mecanismos tanto para atrair um maior número de vestibulandos como também para colocá-los nas universidades — sejam elas públicas ou privadas.

Os três grandes cursinhos de São Paulo — Anglo, Objetivo e Universitário — têm uma coisa em comum: os professores, em sua grande maioria, têm mais de dez anos de casa. Aliás, esses professores, além de ministrarem aulas, são os responsáveis por prender a atenção dos alunos para que não se dispersem.

"Os professores são motivados, gostam do que fazem, e por isso prendem a atenção do aluno durante as aulas", explica o diretor do Objetivo, José Augusto Nasser. Essa motivação faz parte do esquema de organização didática da maioria dos cursinhos. "Nos primeiros minutos de aula, o aluno ainda está um pouco sonolento e dispersivo. A atuação do professor é, portanto, fundamental para o entendimento da aula", observa Geraldo

Akio Morakami, do Departamento de Propaganda e Divulgação do curso Universitário.

Já no curso Anglo, conforme explica o coordenador geral do vestibular, Nicolau Marmo, são quatro os critérios adotados para seleção dos professores: "Conhecimento da matéria, didática, relacionamento com a turma e capacidade de diversificação das aulas", afirma.

Cada cursinho, no entanto, tem seu esquema próprio de organização didática. No Anglo, por exemplo, além das divisões por áreas — Biológicas, Humanas e Exatas — há ainda a classificação do aluno por A, B e C — conforme seu aproveitamento. "As aulas são dadas em função dessa estruturação", acentua Nicolau Marmo. São formadas ainda turmas especiais para os vestibulares do ITA, Getúlio Vargas e Fatec.

O Objetivo também divide suas turmas por áreas e por vestibulares específicos. Mas não classifica seus alunos. "Nosso acompanhamento é feito através de simulados e provas. Com isso, o próprio aluno avalia seu aproveitamento", enfatiza Nasser. No Objetivo, existe ainda um plantão de dúvidas, através do qual o aluno supera problemas de qualquer matéria.

O Universitário, conforme explica Geraldo

ciplinas obrigatórias do ensino de grau médio. Além disso, revogava também o decreto que estabelecia que o MEC atuaria junto às instituições de ensino superior objetivando a unificação do vestibular.

Durante os anos seguintes, surgem várias portarias, que cuidam de outros aspectos do vestibular, como ampliação do número de questões discursivas, valorização da cultura regional e adoção de provas de habilidade específica a critério dos estabelecimentos.

Em maio de 81, surge a Portaria 346 que revela uma notável mudança de atitude do MEC: a educação básica fica definida como área prioritária para ação ministerial, o que implicava em redimensionar a idéia de qualidade de ensino superior, que passou a ser concebida como aperfeiçoamento da escola de 1º e 2º graus e da inserção da universidade no esforço de melhoria de formação do aluno a esses níveis. Em consequência, desconcentrou-se a atenção voltada para a sistemática do vestibular e a excessiva importância atribuída a seus efeitos sobre o perfil de desempenho escolar do aluno que ingressa no sistema de ensino superior.

Constata-se assim, que o vestibular deixa de ser considerado como meio para corrigir as deficiências do sistema de ensino, como até então vinha ocorrendo.

Referências Bibliográficas:

Coste Ribeiro, S. — *A visão dos professores e alunos das instituições de ensino superior, hoje*. Educação e Seleção, 13. Fundação Carlos Chagas (1985).
Ribeiro Netto, A. — *O vestibular ao longo do tempo: implicações e implicâncias*. Educação e Seleção, 13. Fundação Carlos Chagas (1985).
Serpe Oliveira, C.A. — *A avaliação técnica ao longo do 2º grau e o acesso à universidade*. Educação e Seleção, 13. Fundação Carlos Chagas (1985).
Viane, Heraldo Marellin — *Acesso à Universidade — os caminhos da perplexidade*. Educação e Seleção, 14. Fundação Carlos Chagas (1986).

Morakami, tem uma preocupação "humana com o trabalho do ensino. Nessa fase, o jovem tem muitas carências, é pressionado, massacrado. Daí o professor tem que ser, além do mestre, o conselheiro, amigo", comenta.

Não existe receita para se passar no vestibular, comenta Geraldo Morakami. "O aluno tem que aprender, analisar os resultados do simulado e não ter ilusão de que alguma coisa mágica vai levá-lo para dentro de uma faculdade."

Dentro dessa organização didática, as apostilas se tornam um caminho obrigatório para o vestibulando, com um passo a passo diário. "Além das apostilas, o Objetivo mantém uma coleção de 45 livros para as tarefas de casa. E os cadernos de atividades de uso diário, com resumos e exercícios que são resolvidos em classe e que remetem o aluno para as tarefas de casa", disse José Augusto Nasser.

Já o Anglo tem um lema para seus alunos: "Aula dada, aula estudada". Para isso, são distribuídas as apostilas para as aulas e os livros que contêm toda a parte teórica. "Todos os cursos são programados aula por aula. E cada aula dá uma orientação para ser estudada em casa. Daí nosso lema: aula dada, aula estudada", explica Nicolau Marmo.

Inscrições variam conforme o momento econômico

As oscilações anuais do número de inscrições para os vestibulares das três universidades públicas do Estado de São Paulo (UNESP, USP e UNICAMP) podem ser atribuídas ao momento econômico que o país atravessa. Durante a recessão do início da década de 80, por exemplo, houve uma diminuição do número de inscrições. Já no Plano Cruzado aconteceu o inverso: a procura aumentou.

Os reflexos da recessão do início da década começaram a ser sentidos nas universidades entre os anos de 83 e 84. Em 83, a UNICAMP recebeu 15.869 inscrições e, no ano seguinte, 14.166, o que representa uma queda de mais de 10%. Nesse mesmo período, a VUNESP teve 33.066, decrescendo para 29.318, uma diminuição de 11,3%. Na FU-

VEST, houve 123.542 inscrições em 83, caindo no ano seguinte para 115.093, quase 7% a menos.

As quedas se sucederam até a implantação do Plano Cruzado. A FUVEST saltou de 94.768 inscritos em 86 para 104.716 em 87, 10% a mais. A UNICAMP fugiu à regra pois resolveu fazer seu vestibular independente da FUVEST, mas nas mesmas datas, o que levou-a a registrar seu menor número de inscritos dos últimos cinco anos: 13.237. A VUNESP também decaiu em pouco mais de 2%. Já a Universidade Federal de Minas Gerais, como outras, referendou a teoria da vinculação do número de inscritos ao momento econômico: teve um acréscimo de 21,16%.

Passada a euforia do Cruzado, surgem nas três universidades situações distintas. A FU-

VEST teve uma diminuição de 8,9% no número de candidatos, que caiu, neste ano, para 95.361. O mesmo ocorreu na UFMG, onde a queda foi de 19,9%.

Já as inscrições para a UNESP mantiveram-se estáveis, passando de 25.300 em 87 para 25.066 em 88, uma diminuição de apenas 0,9% e que "só não foi maior em função dos novos cursos criados", afirma o superintendente da VUNESP, José Fausto Baptista Domingues.

A UNICAMP, entretanto, teve um acréscimo de 226%, saltando de 13.237 para 29.988, que pode ser atribuído às estratégias utilizadas: abertura de postos de inscrições em sete capitais do país, além de doze cidades do interior do Estado, e mudança dos dias escolhidos para realização das provas.

As fraudes ocorridas em alguns vestibulares neste início de ano motivaram o MEC a constituir uma comissão para estudar medidas alternativas para ingresso nas universidades, pressupondo até mesmo o fim do vestibular. Como o senhor analisa essa proposta?

Na medida em que o vestibular é uma instituição que existe no Brasil há 77 anos, acredito que ele já atingiu uma maturidade suficiente para não ter de se submeter a medidas tomadas no calor da hora. Não vou dizer que o vestibular jamais deve ser extinto, mas tenho certeza de que é preciso muita cautela, é necessário um período de maturação não-forçada para se chegar a uma conclusão desse tipo, principalmente se motivada não pela capacidade do vestibular escolher os melhores alunos mas pela fragilidade do sigilo das provas. Imagine-se a cada derrame de notas falsas tivesse de ser criado urgentemente um novo meio de pagamento, ou se à emissão de alguns cheques sem fundos todos os bancos fossem fechados?

Mas as fraudes não podem ser um componente natural do vestibular.

É evidente que os responsáveis pela organização de um vestibular têm de estar atentos e assim previnirem todas as possibilidades de ocorrência de fraudes. No entanto, há um momento em que a fraude não é mais um problema dos responsáveis pelo vestibular mas sim da polícia. Eu posso perguntar: que culpa tem a VUNESP se um candidato se apresenta com uma carteira de identidade falsa? Isso aconteceu no vestibular deste ano, em Campinas, e o nosso fiscal descobriu. Mas não foi a VUNESP que forneceu ou facilitou o fornecimento da carteira de identidade falsa.

Independente dos advenços deste início de ano — fraudes comprovadas, de um lado, extinção do MEC em extinguir o vestibular, de outro lado — volta e meia despontam discussões em torno da eficiência do vestibular da maneira que ele é realizado hoje. O que o senhor acha disso?

A concentração de esforços que se verifica no sentido do aperfeiçoamento do vestibular aponta para a sua necessidade como instrumento de seleção dos melhores candidatos para ingresso na universidade. Assim, as alternativas propostas constituem, quase sempre, alterações nos mecanismos do processo seletivo, sem que se elimine a figura do vestibular. Isto reforça o caráter de necessidade de que ele se reveste. A análise do vestibular na perspectiva do tempo nos revela, porém, que a necessidade apontada ou defendida não é uma característica inerente ao acesso ao ensino superior: ela se mostra necessária apenas como resultado das condições históricas que presidiram à organização e ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Nos países em que o ensino superior se transformou num fenômeno de massa o vestibular não só é desnecessário ou inexistente como os degraus da escolarização anteriores ao ingresso na universidade têm padrões de excelência que o ensino de primeiro e segundo graus, em nosso meio, está longe de alcançar. Este é um ponto importante porque as "mudanças" que se vêm defendendo ultimamente para o acesso à universidade estão propostas de modo a provocar alte-

rações no padrão de ensino das escolas de segundo grau. O que se pretende, em geral, é alterar a qualidade do ensino de segundo grau via vestibular. Nessa linha, podemos dizer que as propostas são altamente estimulantes; mas são igualmente, vamos dizer, ingênuas. O ensino de primeiro e segundo graus segue uma trajetória histórica que não se confunde com a trajetória do ensino superior no Brasil, apesar de, evidentemente, terem relações entre si. Além disso, o vestibular não tem o poder de alteração da estrutura do ensino de primeiro e segundo graus oficial no Estado de São Paulo; quando muito, provoca reações de imediato no ensino particular, que tem capacidade rápida de adequação, especialmente os cursinhos.

Como a maioria dos alunos de segundo grau está na escola pública e, em contrapartida, são as escolas particulares que melhor preparam para o ingresso na universidade, isso não significa que já existe uma seleção anterior ao próprio vestibular?

Isso é uma verdade, mas que não encerra a totalidade das questões que envolvem a escola pública e a escola particular. O problema é que a medida de eficiência da escola de segundo grau é feita pelo que ela consegue em relação ao ensino superior. Quanto maior o número de alunos que determinada escola consegue fazer passar no vestibular maior é o seu prestígio e maior a sua clientela. Como a escola pública tem pouco êxito nessa tarefa, sua desmoralização atual é completa. Ensino degradado, de qualidade inferior, destinado aos desprovidos de recursos para frequentar escola com ensino de alto nível direcionado à preparação para o vestibular. No entanto, não é esta a função primordial da escola pública; o seu padrão de excelência deve ser buscado não pelo que ela é capaz de realizar em termos de treinamento para ingresso no ensino superior. A formação do aluno para o exercício consciente da cidadania é o eixo em torno do qual deve girar o trabalho da escola de primeiro e segundo graus. Certamente é a partir desse eixo que devem ser avaliadas as atividades que se desenvolvem nesses graus de ensino; perdendo de vista o critério tem-se o caos: não se pode exigir da escola pública resultados para os quais ela existe apenas subsidiariamente.

Além disso, quanto à questão da escola pública e da privada pode-se dizer que, no passado, estavam demarcadas por limites bem definidos tanto no que diz respeito à manutenção como pelos resultados que alcançavam. Em geral, a credibilidade da escola pública se sobrepunha à da escola particular e a manutenção desta competia à iniciativa privada. Hoje, nesse terreno, reina total confusão. Escolas privadas, com boa ou má qualidade de ensino, reivindicando subsídio do Estado, e a escola pública desacreditada. Há aí uma inversão: perspicaz, a escola privada foi capaz de ajustar-se à exigência de preparo para ingresso no ensino superior e a escola pública desgastou-se com a extraordinária expansão que teve nos últimos vinte anos. Quem levou a melhor? Foram os cursinhos, que hoje dominam a fatia mais suculenta do mercado de treinamento para ingresso no ensino superior.

O vestibular se reveste mais de problemas de ordem técnica ou político-social?

Por mais que as discussões em torno do vestibular se apresentem sob a roupagem técnica

ENTREVISTA

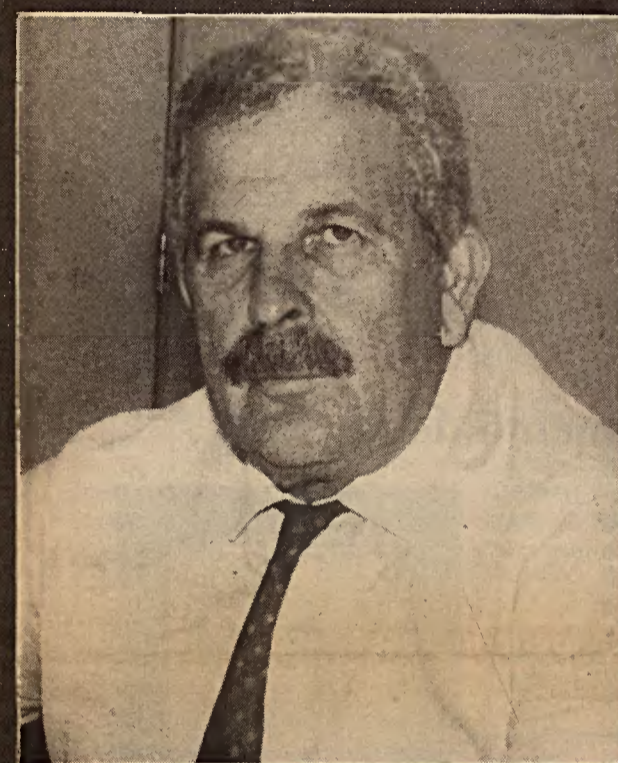
Carlos Felício Vanni

O vestibular tem que continuar

A existência de fraudes no vestibular, o que foi comprovado em alguns concursos realizados no início deste ano, é motivo para se decretar a sua pena de morte? Para o professor Carlos Felício Vanni, diretor presidente da VUNESP (Fundação para o Vestibular da UNESP) a resposta é não. "Imagine-se à emissão de alguns cheques sem fundos todos os bancos fossem fechados?", compara.

Especialista em Avaliação do Rendimento Escolar, disciplina pela qual é responsável junto ao curso de Pedagogia do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação do campus de Araraquara da UNESP, o professor Carlos Vanni defende o vestibular como sendo realmente o melhor instrumento de seleção para ingresso na universidade. Para ele, não há espaços para ilusões — a realidade impõe-se: "Como não é possível absorver todos que batem às portas das universidades, compete ao vestibular revestir-se de determinadas qualidades de tal sorte que sejam recrutados os mais competentes do ponto de vista intelectual".

Nesta entrevista, o professor Carlos Vanni discute vários aspectos que envolvem a questão do vestibular — suas



relações com os diferentes graus de ensino e seus aspectos técnicos e políticos, entre outros — e fala do trabalho que vem sendo realizado na VUNESP no sentido tanto da execução dos exames como da criação de núcleos de pesquisa.

seu vestibular resultaram em avaliações bastante favoráveis. O que provocou isso?

Um vestibular que tenha respeito pelo candidato aos cursos da Universidade deve ter as provas elaboradas de modo a satisfazer algumas exigências sem as quais corre o risco de gerar graves distorções no processo seletivo. Não estou, é claro, me referindo àquelas distorções de natureza mais ampla que vêm sendo denunciadas por todos quantos se interessam pelo assunto. Como por exemplo, a de que, sob a aparência da seleção intelectual, o vestibular acaba sendo instrumento de seleção social. Mas, neste ponto, não podemos nos iludir: como não é possível absorver todos que batem às portas da Universidade, compete ao vestibular revestir-se de determinadas qualidades de tal sorte que sejam recrutadas os mais competentes do ponto de vista intelectual. Nessas condições, procedimentos técnicos, conhecidos por todos que trabalham na área educacional, devem informar o processo de organização do vestibular: desde o planejamento até a aplicação das provas. Este é um aspecto dos mais importantes, pois provas que

se apresentam com itens ou questões que não levam em conta um nível de dificuldade adequado ao grupo a que se destinam ou que tenham baixo poder discriminativo ameaçam seriamente o processo de seleção. Ou então, um baixo índice de confiabilidade nas provas acaba por comprometer a validade do vestibular. Evidentemente, os aspectos mencionados de passagem não podem ser superados à base da improvisação; é preciso possuir familiaridade com o campo das medidas educacionais ao mesmo tempo em que se trabalha com especialistas das diferentes áreas do conhecimento. O trabalho interdisciplinar metodicamente desenvolvido pode conduzir à elaboração de provas para o exame vestibular de modo a selecionar o candidato com o perfil que se deseje. As mudanças promovidas no vestibular da VUNESP foram conscientemente direcionadas para esse sentido, daí as avaliações positivas da parte de profissionais de fora da UNESP e da própria Fundação.

O que as provas do vestibular da VUNESP procuram extrair do candidato?

A de conhecimentos gerais, com setenta questões de múltipla escolha, procura verificar a formação básica independente da área para a qual o candidato se dirige. Para usar uma analogia, poderíamos dizer que essa prova constitui, pelo grau de dificuldade que apresenta, uma espécie de exame de saída da escola de segundo grau. Nesse sentido, tem revelado importantes informações, principalmente quando se compara o desempenho dos candidatos quanto à sua proveniência: de escolas públicas oficiais, de escolas particulares e dos cursinhos. A outra prova comum a todos os candidatos é a de comunicação e expressão: consta de uma redação e de dez questões sobre gramática e compreensão de textos. Estas são organizadas de modo que as respostas dos candidatos sejam dadas na forma dissertativa. Em geral, procura-se verificar com essa prova a capacidade de expressão escrita do candidato bem como a sua capacidade de ler e interpretar textos. A prova de conhecimentos específicos é elaborada com quarenta questões sobre a forma discursiva com as disciplinas que compõem a opção do candidato. Assim, esta prova é elaborada de acordo com as características de cada área e, portanto, exige conhecimentos mais aprofundados.

A VUNESP tem posição singular quando comparada com outras entidades congêneres: seus exames são realizados em uma única etapa. Por quê?

Não se trata de simples concentração em alguns dias para facilidade de execução do vestibular. O procedimento decorre, na verdade, de importante princípio subjacente à avaliação dos candidatos: não há prova eliminatória; os candidatos são avaliados pelo desempenho global. Desta forma torna possível ao candidato demonstrar suas potencialidades, evitando-se o constrangimento de não continuar participando dos exames porque não alcançou a pontuação exigida para determinada prova.

A prova de redação foi reintroduzida nos vestibulares há alguns anos e hoje ela recebe "pesos" diferentes, segundo cada instituição, o que confirma o seu caráter polêmico. O que o senhor acha da prova de redação?

Desde já, é preciso deixar claro que não avogo a extinção da prova que procura avaliar a capacidade do candidato expressar-se por escrito, com correção e clareza. Mas quando se agüi, com razão, que o vestibular deve dar igualdade de condições aos candidatos que demandam à universidade, a prova de redação constitui aspecto que desafia a todos nós. Os estudos realizados demonstram que o desenvolvimento da capacidade de expressão de acordo com a norma culta da língua tem relação muito forte com fatores extra-escolares. Isto explica, em parte, que a reintrodução no vestibular, há quase dez anos, da redação, não tem, em geral, melhorado o nível dessa prova. Os candidatos de melhor desempenho na prova de redação, são provenientes de meio sócio-cultural favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento padrão da língua que se espera no vestibular. Neste sentido, os que se beneficiam dessas condições estão situados nas camadas mais favorecidas, o que faz com que a redação, no vestibular, venha a reforçar o problema da desigualdade social.

Depois das mudanças promovidas no vestibular, a VUNESP pretende seguir qual caminho? Ela tem planos para o futuro?

Esta é uma questão importante. O aprimoramento do vestibular tem sido uma preocupação constante da VUNESP. Nesse sentido, a sua atuação não se esgota quando terminam as provas e são classificados os candidatos. Ao contrário, todo um conjunto de atividades se desenvolve de modo a que o processo de seleção seja criticamente analisado e sejam obtidas informações relevantes para reflexão sobre o acesso à universidade. Com essa preocupação geral, a VUNESP organizou-se em dois núcleos principais para executar a política de ingresso na Universidade. O primeiro desses núcleos encontra-se consolidado, possuindo larga experiência no que diz respeito às tarefas próprias de organização do vestibular. Está capacitado para dar conta de aspectos operacionais mais simples: desde as inscrições dos candidatos até a determinação das escolas, salas e carteiras que deverão ocupar por ocasião do vestibular bem como os mais complexos como o sigilo de informações relacionadas com a elaboração das questões que deverão compor as provas.

Ao lado desse núcleo que provê os meios para a viabilização do vestibular, a VUNESP está implantando outro, de natureza diversa, mas complementar ao primeiro. Este núcleo está voltado para pesquisas sobre o vestibular e deverá desenvolver-se em várias direções. Apenas para citar três das mais amplas, as pesquisas se referem: a) sobre os mecanismos de acesso à universidade, onde serão elaborados projetos — sendo que dois deles já estão em andamento — que visam avaliar a qualidade técnica dos instrumentos do processo seletivo; b) sobre os níveis de desempenho do candidato quanto à sua proveniência; e c) a estrutura e o relacionamento da universidade, via vestibular, com a escola de segundo grau.

Em resumo, a VUNESP pretende, nos limites de sua atuação, ampliar o raio das discussões sobre o vestibular não só no âmbito da UNESP como também trocar experiências com as demais universidades. Nesse sentido, pretendemos realizar, no segundo semestre, alguns encontros para uma discussão aprofundada do vestibular.

O espaço físico do filósofo

LUX IN TENEBRIS — Meditações sobre Filosofia e Cultura, de Roberto Romano. Editora Cortez/Editora da UNICAMP, 158 páginas.

Roberto Romano, professor de Filosofia Política da UNICAMP (trabalhou na UNESP em Marília e Araraquara), publica esse livro que é o resultado da reunião de dezessete artigos, publicados na imprensa e de mais dois outros, originalmente destinados a uma audiência universitária.

O texto que dá título ao livro corresponde à participação do autor em evento promovido pela Secretaria da Cultura de São Paulo, comemorativo do aniversário da obra de São Francisco de Assis.

O título do livro, tirado do referido artigo, que trata especificamente dos projetos políti-

cos de franciscanos e dominicanos e de suas implicações à época e hoje (pág. 31 e seguintes) coloca, de forma clara e inequívoca, o posicionamento do autor, antes das questões específicas de que trata, face à função do intelectual e do filósofo perante o seu tempo e a sua gente. A epígrafe da obra acentua essa intenção: "Sicut lux se ipsam et tenebras manifestat, sic veritas norma sui et falsi est" (no essencial, "Assim como a luz perante as trevas, a verdade impõe-se à falsidade", Espinosa, Ética, P. II, Prop. 43, Escólio). É irrecusável dever de ofício discutir amplamente os problemas cotidianos. É necessário levar cada um à percepção do sentido mais profundo do seu praticismo espontâneo ou da sua sôfrega religiosidade. É preciso indicar, exatamente no calor do

debate, o que efetivamente pode a educação, em qualquer nível, ou quais são as inarredáveis exigências do verdadeiro trabalho acadêmico. E em relação a tudo mais. "Retomemos a força que os alegrará: a Razão. Só ela domina as paixões individuais, produzindo um espaço inteligente e coletivo. As Luzes já foram muito caluniadas no Brasil. Urge retomar o gosto pelas idéias claras e distintas." (Roberto Romano, in "Luzes e Alegria", Folha de S. Paulo, 01/01/88). Iluminismo? Sim. E é por aí mesmo. Os que vivem mergulhados apenas na prática imediata ou no pedantismo das discussões frankfurtianas transformaram a palavra e o exercício em pixação e achincalhe. Mas é preciso que não nos esqueçamos de que neste país vivemos um tempo pré-

iluminista e sem grandeza. Certamente muito pior que o século XVII europeu. Este, além de sua face obscurantista, foi sob muitos aspectos brilhante e prenhe de modernidade. E por aqui, pouco mais se divisam que os centrões da vida. Essa postura sempre atenta e participante de Romano, com frequência dura e contundente, é também e sobretudo, humilde e generosa, como todo verdadeiro ministério pedagógico. Como todo abandono do retraimento da vida acadêmica. Nessa nossa precária retomada de reconstrução nacional, é fundamental "garantir o debate" e, por esse, despertar as consciências. E finalizando, há nesses artigos uma característica interessante a ser assinalada por ser inerente a própria proposta de seu autor. Pode-se dizer que, como no velho Alain

dos "Propos", a escrita de Roberto Romano obedece a um esquema. É um texto público, no sentido de ser dirigido a todos, mas que não incorre em facilidade ou simplificações. Fatos simples, corriqueiros, de especial interesse são analisados, colocados em seu sentido mais profundo e, a seguir, assimilados ao ensinamento dos grandes mestres, Espinosa, Hobbes, Kant, Hegel etc. Depois desse recurso, há um retorno aos fatos iniciais e a segunda leitura torna-se rica e desmistificadora. Ilumina-se o cotidiano e se fortalece o filósofo e a filosofia.

(José Aluysio Reis de Andrade — Vice-diretor do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, campus de Araraquara)

Dois novos títulos da Editora UNESP

Prosseguindo em sua política editorial de publicação de obras clássicas do pensamento contemporâneo e de produções fundamentais da Inteligência Brasileira, a Editora UNESP lança mais dois importantes livros: *O Engenho. Complexo Econômico-Social Cubano do Açúcar*, de Manuel Moreno Fragnals e *Psicologia e Literatura*, de Dante Moreira Leite, ambos em co-edição com a HUCITEC.

O Engenho (422 páginas) é obra clássica da historiografia latino-americana. Aqui a economia cubana é objeto de análise profunda e multidisciplinar: o engenho enquanto unidade produtiva é focado não só como atividade econômica mas também como uma "aventura de espírito" que configurou uma sociedade "sucarocrata", um complexo arquitetônico-urbanístico e até uma cátedra universitária. Esta multiplicidade de facetas, através das quais a economia açucareira cubana é enfocada, torna esta obra um estudo pioneiro do ponto de vista metodológico, uma ruptura com a tradição historiográfica contemporânea.

Nada mais oportuno, no ano de comemoração do centenário da libertação dos escravos no Brasil, do que fazer chegar aos leitores uma obra que, longe de ser um estudo regional, é capaz de fornecer subsídios para a compreensão de questões ainda pendentes a cerca da estrutura da nossa sociedade colonial e escravocrata. Com a análise da evolução da economia açucareira desde os seus primórdios no século XVI, até a constituição de uma verdadeira indústria do açúcar, as transformações ideológicas advindas deste processo, bem como seus desdobramentos técnicos e suas conseqüências no plano das relações do trabalho,



o historiador e economista cubano Manuel Moreno Fragnals nos dá um exemplo único de como "a história de um pedaço de açúcar é uma lição de economia política, de política e também de moral".

Psicologia e Literatura, de Dante Moreira Leite (256 páginas), é reeditado pela Editora UNESP não só como uma homenagem àquele que foi um dos mais representativos intelectuais de sua geração, mas para preencher uma lacuna provocada pela ausência no mercado editorial de uma obra atual e imprescindível ao estudante brasileiro de hoje.

Apaixonado pelo saber, eclético nos seus interesses e na sua erudição, Moreira Leite, professor de 1959 a 1974 da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação de Araraquara (UNESP) nos legou uma produção cuja importância transcende os limites da própria Universidade. Em *Psicologia e Literatura*, uma



de suas obras mais abertas, ousadas e nem por isso menos profunda e rigorosa, utilizando dois instrumentais teóricos muitas vezes tratados como estranhos entre si — a análise literária e a psicologia, o autor cruza estes domínios do conhecimento para responder a vários problemas de grande significado para o comportamento humano.

A psicologia e a psicanálise surgem aqui como um instrumental de análise da produção literária contemporânea vista ora como uma projeção de complexos afetivos, ora como construção do imaginário. É assim que, utilizando-se das análises freudiana e jungiana, bem como da teoria da Gestalt que Dante M. Leite perpassa autores de gama variada, de Machado de Assis a Shakespeare, de Alencar e Guimarães Rosa a Dostoievski, extraindo destas obras de ficção material para a compreensão da natureza das paixões e do raciocínio que envolvem e movem a humanidade.

Lançamento de docente

TERAPÊUTICA DE DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS (Editora de Publicações Médicas, 253 páginas, Cz\$ 1.320,00), de Domingos Alves Meira, docente do Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias, Dermatologia e Radiologia da Faculdade de Medicina, campus de Botucatu.

O professor Domingos Alves Meira teve como pressuposto para a realização do livro que o conhecimento das doenças infecciosas e parasitárias é indispensável em nosso país, para a formação do médico, independente da especialidade que por ele venha a ser adotada. Logo na apresentação do livro, o autor, para reafirmar sua intenção com essa publicação, lembra o papel importante desempenhado pela esquistossomose mansônica, doença de Chagas, malária, tuberculose e geohelmintíases, na Saúde Pública.

Nos vários capítulos, o autor analisa com precisão e profundidade o tratamento das principais enfermidades do Brasil. São apontadas, portanto, cada doença e o esquema de tratamento mais eficaz — as medi-



das gerais (repouso, alimentação etc.) e os tratamentos específicos (antibióticos e quimioterápicos).

Tiveram participação nesse livro docentes do departamento do autor — Benedito Barraviera, Jussara Marcondes Machado, Paulo Marques Pereira, Rinaldo Poncio Mendes e, mais dois colaboradores: Svetlana Agapejev, do departamento de Neurologia e Psiquiatria e o professor João Alves Meira, da USP.

COLABORAÇÃO

Apesar de o "Jornal da UNESP" se esforçar em manter contato com o maior número de editoras, nem sempre é possível um perfeito intercâmbio de informações no que se refere tanto às novas publicações nas áreas de educação, ciência e universidade, quanto ao lançamento de livros de autoria de docentes da UNESP. Assim, o Jornal se sente à vontade para pedir colaboração aos bibliófilos unespianos que ficam em dia com o mercado editorial daquelas três áreas e também às unidades universitárias onde, entre seus docentes, há autores de livros, independente da área do conhecimento em que venha a se enquadrar a publicação.



Seminário sobre informática reúne todas unidades

Levantar a situação de cada unidade quanto à aplicação da informática ao ensino e na pesquisa; apresentar o Plano Geral de Informática da UNESP e projetos para o futuro; e informar sobre o equipamento adquirido pela Universidade bem como suas aplicações. Foram esses os objetivos do primeiro seminário sobre a "Informática na UNESP", realizado nos dias 14 e 15 de dezembro, no Centro Empresarial de São Paulo, que reuniu representantes de todas as unidades universitárias e a Comissão Supervisora de Informática (CSI).

No primeiro dia, cada representante apresentou o que sua unidade vem desenvolvendo em termos de ensino e pesquisa, ou mesmo prestação de serviços, com o equipamento já existente. Das palestras, um ponto ficou evidente: determinadas áreas desenvolveram-se mais do que outras. As Engenharias, de modo geral, assim como as demais áreas das Exatas, conseguiram otimizar o uso dos computadores adquiridos, através do desenvolvimento de diversos programas aplicáveis às suas áreas e cujos resultados são visíveis através da quantidade de pesquisas realizadas com o equipamento, de cursos de iniciação à informática ministrados para o pessoal discente e administrativo, de estágios oferecidos a alunos e até mesmo de preparação de materiais para comunicações diversas.

A área de Biológicas também obteve considerável retorno dos equipamentos, como criação de bancos de dados, desenvolvimento de programas específicos para teses e de outros aplicáveis ao controle de laboratórios, hospitais etc., culminando com a criação, na FCA — campus de Botucatu, de um Centro de Informática Aplicada à Agricultura, o CINAG.

Nessas áreas, a chegada dos equipamentos adquiridos no final de 87, através da execução da primeira fase do Plano Diretor de Informática, vem ao encontro de suas necessidades de ampliação da estrutura existente, uma vez que a demanda já superava a capacidade dos computadores até então em uso.

Já a área de Humanas não atingiu o mesmo patamar. Apenas no ILCSE — Araraquara e no IAP — São Paulo, o computador é modestamente utilizado. Nessas e nas demais unidades, a falta de conhecimento básico, tanto do hardware mas, principalmente, quanto ao software, foi apontada como a principal causa desse não-desenvolvimento. Para superar essa limitação, o coordenador da CSI propôs a realização de cursos por parte do fornecedor do equipamento, cabendo aos interessados a iniciativa de solicitação.

Foi diante dessa situação, já diagnosticada por ocasião do levantamento realizado "in loco" para elaboração do Plano Diretor, que a Comissão Supervisora de Informática determinou as diretrizes do Plano e que foram explanadas aos participantes do seminário.

Segundo o professor Maximilian Emil Hehl, coordenador da CSI, a primeira fase previa a estruturação geral do quadro de informática na UNESP, com a criação da Comissão Supervisora de Informática, órgão de



Maximilian Hehl, coordenador da CSI, falou sobre as diretrizes do Plano.

deliberação subordinado ao reitor, das Comissões Locais de Informática, instaladas em todas unidades, e da Coordenadoria Geral de Informática, em nível de reitoria, responsável pelos pólos computacionais, que também deveriam ser constituídos segundo o levantamento da demanda de cada unidade. O diagnóstico apontava para três tipos de pólos, caracterizados segundo a capacidade de seus equipamentos. O pólo que receberá equipamentos de maior porte é o da Reitoria, por isso denominado Centro de Processamento de Dados (CPDR); os que receberão equipamentos de porte médio foram batizados de

Unidade de Processamento de Dados (UPD) e referem-se aos campus de Botucatu, Jaboticabal, Araraquara, Ilha Solteira, Guaratinguetá, Rio Claro e São José do Rio Preto; os de porte menor — Núcleos de Processamento de Dados (NPD) — serão instalados em Presidente Prudente, Araçatuba, Assis, Marília, São José dos Campos, Franca e São Paulo (IAP). No momento, os primeiros equipamentos destinados à instalação do CPDR e das UPD já estão sendo distribuídos (veja detalhes técnicos na matéria abaixo), devendo entrar em funcionamento até março. Conclui-se, assim, a primeira etapa do Plano.

PROJETOS PARA 88

A instalação dos pólos computacionais não encerra, entretanto, os projetos de informatização da Universidade. "A próxima etapa será a interligação de todos os equipamentos, que constituirão a rede UNESP", explica o professor Maximilian. O projeto dessa rede, que prevê também a interligação com outras universidades do país e do exterior, deverá estar concluído até março deste ano. Para tanto, já está decidida a aquisição de um Mainframe (computador de grande porte) para atuar como concentrador da rede e responder pela informatização total da área administrativa. A estimativa de capacidade mínima do equipamento é de 16 a 32 megabytes de memória principal, com 5 a 10 gigabytes em discos, impressoras e fitas magnéticas com altas velocidades e recursos gráficos.

Paralelamente a esses avanços, outras frentes também estão sendo priorizadas, como obras para instalação adequada e definitiva dos atuais pólos, expansão dos equipamentos periféricos, revisão da atual estrutura dos pólos (como a transformação da NPD de Presidente Prudente em uma UPD, em função do aumento da demanda), integração das novas unidades universitárias ao Plano (Instituto de Física Teórica e Universidade de Bauru), e ampliação das configurações de hardware e software. "Uma preocupação constante é com a atualização periódica do Plano, acompanhando o próprio desenvolvimento da UNESP", garante o professor.

O principal resultado do seminário, além de alcançar os objetivos a que se propôs, foi a verificação de que o "projeto de informatização da UNESP já é uma realidade", como afirma Maximilian Emil Hehl.

Conheça os supermínis que vão para as UPDs

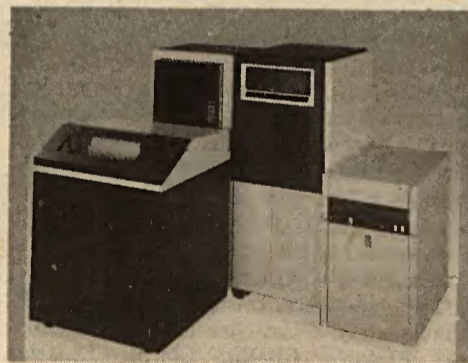
Os computadores que, desde o final do ano passado, estão sendo entregues à UNESP, destinam-se à implantação dos primeiros pólos computacionais. Nesse primeiro momento, estão sendo contempladas as unidades que terão um Centro de Processamento de Dados (Reitoria) ou uma Unidade de Processamento de Dados (Botucatu, Araraquara, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Rio Claro e São José do Rio Preto).

Cada uma está recebendo um sistema de computadores supermínis, de fabricação nacional. A ABC Computadores, fornecedora que venceu a concorrência, apresentou, durante o seminário, as características do equipamento e seu desempenho. Trata-se de um supermíni de alta performance, primeiro membro da linha ABC 2000, desenvolvido para a aplicação em automação de escritórios, processamento de dados e comunicação.

O ABC 2000/10, como é designado o modelo adquirido, oferece um amplo controle

de processamentos que compreende o processador central, de 4 Mbytes de memória central, 64 linhas de comunicação e capacidade de memória de disco de 3,2 Gbytes. Permite também a conexão com diversos periféricos, como terminais de vídeo, unidades de fitas e discos magnéticos e impressoras, também adquiridos nessa fase do programa de informatização da UNESP.

Sua configuração é suportada, em termos



de software, por um sistema operacional denominado GCOS 6 Mod 400, baseado em disco, que comporta multitarefas em tempo real e aplicação em comunicação de dados em uma ou mais linhas diretas. O sistema suporta também uma grande variedade de funcionalidades, incluindo processamento transacional, banco de dados, automação de escritórios, entrada de dados, linguagem de 4ª geração, controle de processo, aplicativos em geral, processamento batch, on-line e desenvolvimento de programas. Além dessas facilidades, o equipamento oferece outras que garantem ao usuário obter diferentes configurações, como a compatibilidade com várias linguagens (Cobol, Fortran, Pascal, C, RPG, Basic e Assembler). Entretanto, um ponto fundamental, como ressalta o professor Maximilian, coordenador da Comissão Supervisora de Informática, "é a possibilidade de conectar-se a uma grande quantidade de redes públicas e privadas, o que vem ao encontro do projeto idealizado para a UNESP".

Reitoria inicia elaboração do projeto de vídeo para a Universidade

A reitoria está iniciando um processo que visa dotar a Universidade de um sistema de vídeo, nos mesmos moldes que vem sendo feito com relação à informática. Para tanto, a primeira providência foi a contratação de uma profissional da área, Vera Lucia Nogueira de Sá, que atuou na TV Cultura durante 17 anos, produzindo vídeos didáticos e culturais.

As ações necessárias à elaboração

do projeto Vídeo-UNESP estão sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação e Cultura. O primeiro passo foi a análise dos questionários respondidos pela quase totalidade dos Departamentos, seguido de entrevistas com representantes das Unidades, indicados pelos diretores. "Estamos em fase inicial, levantando as demandas de cada Unidade e procurando ter uma visão geral sobre o interesse da utilização do

vídeo pela UNESP", explica Vera Sá. "Em função dessas informações vamos elaborar o projeto", argumenta. Antes mesmo da elaboração do documento final, já foi possível definir que, além da parte de equipamentos, deverão ser contemplados outros aspectos como a realização de seminários sobre a utilização do vídeo, cursos profissionalizantes, formando especialistas em

roteiro, produção, direção, câmera, iluminação, sonoplastia, edição e a instalação de uma videoteca em cada Unidade.

O objetivo maior da reitoria é o de oferecer um sistema que possibilite o uso do vídeo como instrumento para a pesquisa, o ensino, a extensão de serviços e, também, para fins administrativos.

Está pronta a nova edição do catálogo da Universidade

Já está sendo distribuído o novo Catálogo UNESP, que reúne informações sobre a Universidade, como histórico, estruturas administrativas e departamentais e currículos dos cursos de graduação, desta vez acrescidos de informações como o número de vagas, duração, período e carga horária. Há também uma relação de docentes, com respectivo nível de titulação e regime de trabalho, subdivididos por departamentos segundo unidade e campus.

Mas, a grande novidade desta terceira edição é a inclusão dos currículos dos cursos de pós-graduação, apresentados separadamente dos cursos de graduação e subdivididos por áreas de concentração. Outra inclusão foi o Instituto de Física Teórica, unidade recentemente incorporada à UNESP, bem como uma relação dos presidentes e diretores dos órgãos colegiados superiores e das unidades universitárias. Cabe aí uma ressalva, também válida para todo o Catálogo: as informações estão atualizadas até meados de 1987. De qualquer maneira, a publicação consegue fornecer um panorama geral sobre a UNESP.

O Catálogo foi elaborado pelo Grupo de Legislação e Documentação, que incumbiu-se de todas as informações relativas à graduação, e pela Secretaria Geral, quanto à pós-graduação, ficando a cargo da Assessoria de Comunicação e Cultura a edição e a produção gráfica, que alterou a forma de apresentação com re-

Catálogo Unesp 87/88

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

■ Campi e Unidades Universitárias ■ Estruturas Departamentais
■ Cursos de Graduação ■ Corpo Docente
■ Cursos de Pós-Graduação ■ Informações Gerais



lação aos anteriores. Os cursos de graduação desta vez estão divididos por unidades e campus, apresentados por ordem alfabética, ao invés de subdivididos por distritos universitários, o que dificultava a localização. Essas e outras mudanças feitas para facilitar o manuseio visam também — e principalmente — oferecer ao leitor uma visão do caráter "multicampi" da Universidade.

A publicação está sendo distribuída pelo Grupo de Legislação e Documentação tanto na UNESP como para órgãos externos.

Publicação reúne produção científica

A produção científica dos docentes da UNESP, publicada em 1986 e que abrange livros, capítulos de livros e trabalhos científicos em revistas nacionais e estrangeiras, foi reunida e está sendo apresentada, de maneira global, em uma única publicação, intitulada "Produção Científica da UNESP".

Esta é a primeira vez que um trabalho desse tipo é realizado na Universidade. Foi organizado pela vice-reitoria com a colaboração do Grupo de Legislação e Documentação e, em particular, do professor Marcos Macari, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, do campus de Jaboticabal. As informações, inicialmente fornecidas, mediante solicitação, pelos chefes de departamento, foram posteriormente enviadas aos respectivos diretores das unidades para verificação de falhas e eventuais complementações.

Segundo o vice-reitor Paulo Landim, "a produção científica de uma universidade é apenas um dos parâmetros pelos quais se pode julgar o seu desempenho, porém, é sem dúvida o mais palpável e de fácil obtenção, sendo a resposta pronta à sociedade do que os pesquisadores ligados à universidade estão realizando com o suporte do dinheiro público, seja via verbas próprias das instituições,

seja via organismos de amparo à pesquisa governamentais".

A tiragem, de 1.000 exemplares, está sendo distribuída internamente e também para outras instituições ligadas à pesquisa.

MAIOR PRODUÇÃO

A publicação aponta a Faculdade de Ciências Agrárias, do campus de Jaboticabal, como a unidade que mais produziu em 86, seguida pelo Instituto de Biociências, do campus de Rio Claro, Faculdade de Ciências Agrárias, de Botucatu, Faculdade de Odontologia, de Araraquara e Instituto de Biociências, também de Botucatu.

Quanto aos departamentos, do total de 165 existentes na UNESP, os quinze que mais se destacaram foram: Fitotecnia (FCAV-Jaboticabal); Engenharia Rural (FCA-Botucatu); Ciências Exatas (FCAV-Jaboticabal); Melhoramento e Nutrição Animal (FCAV-Jaboticabal); Zoologia (IB-Rio Claro); Mineralogia e Recursos Minerais (IGCE-Rio Claro); Botânica (IB-Rio Claro); Produção Animal (FCAV-Jaboticabal); Engenharia Civil (FE-Ilha Solteira); Físico-Química (IQ-Araraquara); Biologia (IB-Rio Claro); Didática (ILCSE-Araraquara); Odontologia Restauradora (FO-Araraquara); Morfologia e Fisiologia Animal (FCAV-Jaboticabal); e Defesa Fitossanitária (FCA-Botucatu).

Docente da FCAV recebe prêmio

O professor Tomomassa Matuo, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do campus de Jaboticabal, foi um dos ganhadores do XV Concurso Nacional do Invento Brasileiro — Prêmio Governador do Estado. O prêmio é único mas a comissão julgadora decidiu dividir os C\$ 500 mil entre cinco participantes.

Tomomassa foi um dos reconhecidos em

função da eficácia do pulverizador agrícola que inventou: além de apresentar um "design" diferente dos aparelhos similares, o pulverizador é dotado de uma célula fotoelétrica que o faz funcionar somente quando dirigido para uma planta. Quando ele passa pelo intervalo de uma planta e outra se desliga automaticamente — o que garante maior aproveitamento do produto que está sendo pulverizado.

Teses e dissertações

DOCENTES

• **Yzumi Taguti (FE-Ilha Solteira)** "Sobre a não-linearidade geométrica em treliças pórticos e placas". **Resumo:** Neste trabalho, focaliza-se o problema da não-linearidade geométrica, sob a hipótese de pequenas rotações em treliças, pórticos e placas delgadas, considerando-se a validade da lei de Hooke. **Banca:** Henrique de Britto Costa, Victor M. de Souza Lima e Dante Francisco Victório Guelpa. **Mestrado**, dia 14 de novembro, na Escola Politécnica/USP.

• **Cristo Bladimiro Melios (IQ-Araraquara)** "Sistemas Binários e Ternários envolvendo cobre (II) e Benzalpiruvatos. Equilíbrios em solução aquosa". **Resumo:** Apresentou-se uma revisão bibliográfica sobre ácidos benzalpirúvicos e compostos relacionados, incluindo-se estudos sobre a interação entre benzalpiruvatos e íons metálicos, anteriormente realizados neste laboratório. **Banca:** José Zuanon Netto, Manuel Molina Ortega, Eduardo Fausto de Almeida Neves, Wallace Alves de Oliveira e Douglas Wagner Franco. **Libre-Docência**, dia 1 de dezembro, no IQ-Araraquara.

• **Neide Aparecida Zamuner Barrios (IPEA-Presidente Prudente)** "A Cotonicultura na região de Presidente Prudente. O regime pluviométrico e as variações de produção". **Resumo:** Esta pesquisa que se insere dentro da área de conhecimento da Geografia Física, com um caráter essencialmente climatológico, propõe uma análise das relações entre um cultivo agrícola, o algodão, e as variáveis climáticas, principalmente a precipitação cuja ação se realizada de forma irregular provoca sérias consequências na produção. **Banca:** José Bueno Conti, Augusto Humberto Vairo Titarelli e Maria Juraci Zani dos Santos. **Mestrado**, dia 2 de dezembro, na FFLCH/USP.

• **Mercedes de Moraes (IQ-Araraquara)** "Estudo da coordenação de alguns íons de metais de transição incorporados em matrizes vítreas". **Resumo:** Nove amostras vítreas à base de borossilicato de sódio, contendo quantidades variáveis de um dos três óxidos Fe₂O₃, CoO ou NiO, foram investigadas sob a técnica de difração de raios X e sete destas, pela técnica espectrofotométrica, a fim de determinar o arranjo estrutural ao redor dos íons metálicos. **Banca:** Manuel Molina Ortega, Nilso Barelli, Eduardo Fausto de Almeida Neves, Oswaldo Espírito Santo Godinho e Luiz Manoel Aleixo. **Doutorado**, dia 4 de dezembro, no IQ-Araraquara.

• **Carlos Eduardo Silva de Amorim (FE-Guaratinguetá)** "Construção de um protótipo para radiação-X industrial". **Resumo:** A construção de um aparelho de raios-X para radiografias industriais pode ser uma tarefa onerosa e complexa, quando se busca a fiel reprodução dos modernos equipamentos comerciais ou dos protótipos feitos em laboratórios avançados. Porém, nessa pesquisa foi construído um protótipo rudimentar de baixo custo e de tecnologia simplificada. **Banca:** Augusto Brandão D'Oliveira, Antônio Washington A. de Souza, Robert Lee Zimmerman, Egberto Vana e Mário Alves Guimarães. **Mestrado**, dia 10 de dezembro, na FE/Guaratinguetá.

• **Wilson Manzoli Júnior (FE-Ilha Solteira)** "Ocupação do solo e redes de drenagem no município de Sud-Mennucci (SP), no período 1962 - 1977". **Resumo:** Trata-se de um estudo quantitativo das alterações na ocupação do solo e o comportamento de características da composição e do padrão das redes de drenagem de três solos com auxílio de fotografias aéreas. **Banca:** Gertrudes Celene Rocha Piedade, Carlos Roberto Espindola, Paulo Rodolfo Leopoldo, Rutênio José Latanze e Luiz Roberto Lopes. **Mestrado**, dia 21 de dezembro, na FCA/Botucatu.

• **Jorge de Lucas Júnior (FCAV-Jaboticabal)** "Estudo comparativo de biodigestores modelos indiano e chinês". **Resumo:** Foram desenvolvidos ensaios com abastecimento através de cargas semanais e diárias, onde levantaram-se informações que permitem concluir quanto ao desempenho de biodigestores construídos segundo os modelos indiano e chinês (tipos de biodigestores anaeróbicos que mais predominam no mundo). **Banca:** José Santo Goldoni, Nelson de Araújo, Wesley Jorge Freire, Mário Benincasa e Marney Pascoli Cereda. **Doutorado**, dia 22 de dezembro, na FCAV/Jaboticabal.

ALUNOS

• **Ayrton Onofre da Silva (FO-Araçatuba)** "Cimento cirúrgico como protetor de feridas de extração dental. Estudo histológico em humanos". **Resumo:** O objetivo foi analisar histologicamente, em humanos, o reparo de feridas de extração dental suturadas e protegidas com cimento cirúrgico COEpak". **Banca:** Luiz Alberto Milanezi, Antenor de Araujo, Michel Saad Neto, Sylvio Alves de Aguiar, Paulo Villela Santos Junior, Edmur Aparecido Caestini e Elcio Marcantonio. **Doutorado**, dia 10 de dezembro, na FO/Araçatuba.

• **Zenils Novais da Rocha (IQ-Araraquara)** "Estrutura e reatividade de Pentaaminas de rutênio (II) com alguns cianopiridínicos". **Resumo:** As propriedades espectroscópicas e voltamétricas de alguns cianopiridínicos foram determinadas, bem como o comportamento dos mesmos em solução alcalina". **Banca:** Elia Tfouni, Aécio Pereira Chagas e Ana Maria Ferreira. **Mestrado**, dia 11 de dezembro, no IQ-Araraquara.

• **Antonio Renzi (FO-Araraquara)** "Estudo morfológico e morfométrico da glândula submandibular do rato (Rattus norvegicus albinus, Holtzman) submetido lesão da região anteroventral do 3º ventrículo (AV/V)". **Resumo:** O trabalho acompanhou os ratos submetidos a lesão eletrolítica nos períodos de 2, 7, 15 e 30 dias, como também a avaliação quantitativa de tais alterações glandulares presentes

nesses ratos. Para tanto, foram utilizados quarenta ratos. **Banca:** Luiz Antonio de Arruda Camargo, Ruberval A. Lopes e Rosa Maria G. Vono Leite. **Mestrado**, dia 14 de dezembro, na FO/Araraquara.

• **Maria Margareth Theodoro Caminhas (IB/Botucatu)** "Estudo de grupos sanguíneos, hemoglobinas e concentração de potássio eritrocitário em bovinos". **Resumo:** Foram utilizados no trabalho, 148 bovinos, sendo 30 zebuínos da raça Gir e 45 da raça Nelore; 51 mestiços Zebu x taurino, sendo 31 de raça Girolanda e 20 da raça Pitangueiras; 2 taurinos da raça pardosuço para estudo das variáveis imunogenéticas polimórficas grupos sanguíneos e hemoglobinas e polimorfismo do potássio eritrocitário". **Banca:** Jehud Bortolozzi, Marcos Antonio Nakamoni, Paulo Cesar Naoum, Wilham Jorge e Wilson Nakamoto. **Mestrado**, dia 15 de dezembro, no IB/Botucatu.

• **Marcelo Oliveira Mazzetto (FO-Araraquara)** "Alteração dimensional dos elastômeros em função de confinamento e tempo de armazenamento". **Resumo:** Avaliou-se quantitativamente a estabilidade dimensional dos elastômeros, confinados e não confinados à moldreira, em função do tempo de armazenamento (1, 6 e 24 horas). Empregaram-se dez materiais de moldagem, sendo dois polissulfetos, três siliconas de polimerização por condensação, três siliconas de polimerização por adição e dois poliéteres. Os materiais apresentaram comportamentos diferentes. **Banca:** Uelde Fernando Fontana, Luiz de Jesus Nunes, Pedro Bignelli, Raul Sartini Filho e Deives Nogueira de Sá. **Doutorado**, dia 15 de dezembro, na FO/Araraquara.

• **Amâncio Rodrigues da Silva Júnior (FCA-Botucatu)** "Características hidrográficas de pequenas bacias hidrográficas sob utilização agrícola". **Resumo:** Estudou-se a bacia hidrográfica drenada pelo córrego dos Búfalos, com uma área de 1,58 km², localizada no Município de São Manoel (SP), no período de 1984-1986, onde observou-se seu escoamento. **Banca:** Paulo Roberto Leopoldo, Gertrudes Celene Rocha Piedade, Décio Eugênio Cruciani, Dirceu Brasil Vieira e Antonio Evaldo Klar. **Mestrado**, dia 16 de dezembro, na FCA/Botucatu.

• **Regina Helena Barbosa Tavares da Silva Fontana (FO-Araraquara)** "Estudo da rugosidade superficial das resinas compostas. Efeitos de materiais, técnicas de acabamento e polimento". **Resumo:** O estudo foi realizado através do efeito de nove técnicas de acabamento e polimento em superfícies de três marcas comerciais de resina composta. Foram analisadas através de um rugosímetro (Talysurf 10) obtendo-se os níveis de rugosidade e seus respectivos perfis. **Banca:** Wellington Dinelli, Deives Nogueira de Sá e Jorge Komatsu. **Mestrado**, dia 16 de dezembro, na FO/Araraquara.

• **Odivaldo José Seraphim (FCA-Botucatu)** "Cálculo mecânico em linhas de eletrificação rural para postes de concreto armado". **Resumo:** A pesquisa estuda o comportamento mecânico de alguns dos principais elementos utilizados em projetos mecânicos de linhas de eletrificação rural e confronta métodos e hipóteses de cálculos. **Banca:** César Piedade Júnior, Luiz Antonio Targa, Luiz Carlos Beduschi, José Carlos Ometto e Carlos Antonio Gamero. **Mestrado**, dia 16 de dezembro, na FCA/Botucatu.

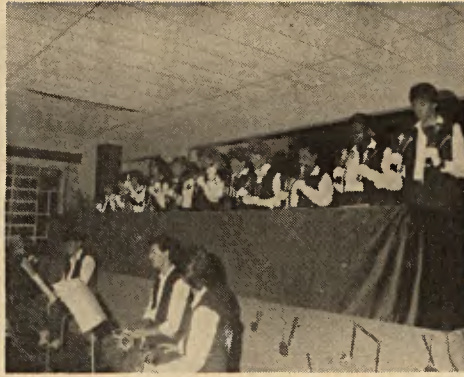
• **Rita de Cássia Lioioli Cordeiro (FO-Araraquara)** "Estudo histomorfológico da cronologia do processo de reparo em feridas de extração dental de ratos expostos à irradiação X no corpo todo". **Resumo:** Para realizar a pesquisa foram extraídos os incisivos superiores direitos de 50 ratos jovens, divididos em dois grupos. O grupo I serviu de controle. Os animais do grupo II irradiados no corpo todo com uma dose única de 175R imediatamente após a extração dental. Houve um atraso no processo de reparo em feridas de extração dental dos animais submetidos à irradiação. **Banca:** Benedito Antonio Ferreira, Rosa Maria Gonzalez Vono Leite, Sada Assed, Frab Norberto Boscolo e Tetuo Okamoto. **Doutorado**, dia 17 de dezembro, na FO/Araraquara.

• **Antonio de Castro Rodrigues (IB-Botucatu)** "Morfologia e histoenzimologia do músculo pectíneo do gato (Felis domestica)". **Resumo:** Para a realização da pesquisa foram utilizados 20 gatos adultos, de ambos os sexos, sem raça definida. Divididos em três grupos, os animais submetem-se ao estudo da anatomia do m. pectíneo, da origem da cabeça lateral do m. pectíneo (microscopicamente) e ao estudo histoenzimológico. **Banca:** Vitalino Dall Pai, Joffre Guazzelli Filho, José Joaquim Titon Ranzani, Jair de Campos Soares e Flávio Quaresma Moutinho. **Mestrado**, dia 18 de dezembro, no IB/Botucatu.

• **Fernando Mandarin (FO-Araraquara)** "Microdureza das resinas compostas nas diferentes profundidades de polimerização. Efeito de fontes de luz e materiais". **Resumo:** Estudou-se três resinas compostas fototivadas de tonalidade clara, DURAFILL e HELIOSIT de micropartículas e HERCULITE com característica de carga híbrida. E, ainda, foram analisados três aparelhos de luz visível (Translux, heliomat e primelite) com tempo de exposição cronometrado em 40 segundos. **Banca:** Celso Luiz de Angelis Porto, Francisco Pedro Monteiro da Silva Filho e Dionísio Vinha. **Mestrado**, dia 18 de dezembro, na FO/Araraquara.

• **Marcia Regina Elisa Aparecida Schiavon Gandini (FO-Araraquara)** "Bráquetes para colagem direta. Estudo das características gerais referentes a base de fixação". **Resumo:** Foram avaliadas, comparativamente, as características gerais das bases metálicas dos bráquetes ortodônticos para colagem direta, disponíveis comercialmente, assim como, as distâncias entre os pilares desses bráquetes. **Banca:** Ray de Paula e Silva, Tatsuko Sakima e Renato Rodrigues de Almeida. **Mestrado**, dia 21 de dezembro, na FO/Araraquara.





O trio, o Quinteto e a Orquestra de Sinos, são as mais novas atrações do Instituto de Artes do Planalto.

Novos grupos do IAP já se apresentam ao público

Professores e alunos do Instituto de Artes do Planalto (IAP), do campus de São Paulo, estão se organizando e formando novos grupos, que já começam a se apresentar para o público em geral. Trata-se de um Trio, um Quinteto e uma Orquestra. A atividade, segundo o professor Arcádio Minczuck, que assessora o Trio e o Quinteto, "representa, acima de tudo, uma oportunidade de intercâmbio de conhecimentos e de contato com outros instrumentistas".

O Trio, formado por Denise Brandini Tiisel (flauta), Danieli Verônica Longo (piano) e Ji Yon Shin (violoncelo), alunos do primeiro ano do Bacharelado em Instrumentos, iniciou suas atividades no segundo semestre do ano passado, já apresentando composições trabalhadas e um repertório clássico.

O Quinteto de Sopros é também integrado por alunos: Denise (a mesma do Trio) e Samuel Derewlany (clarinete). Os demais, Silvana Rasante (fagote), Luis Garcia Junior

(trompa) e Danilo Brandini Tiisel (oboé) são da Orquestra Sinfônica Jovem Municipal.

O objetivo da formação desses grupos de câmara é dar um primeiro passo para a formação de uma orquestra. "Por enquanto — afirma Arcádio — estamos preparando o material humano".

O terceiro grupo é a Orquestra de Sinos, que conta com 37 sinos e é formado, além dos alunos do IAP, por membros da Sociedade Musical Arsis, fundada pelo professor Gerson Gorski Damaceno, também organizador da orquestra. Para as apresentações o professor faz arranjos especiais, já que não existem muitas peças compostas para sinos e, por isso, além de divulgar o instrumento, o grupo pretende incentivar compositores a escreverem peças exclusivas.

EVENTOS

Além dos grupos, o IAP conta com outras atividades promovidas pelo Departamento de Música, que envolvem todos os alunos: a Se-

mana e o Concurso "Ritmo e Som" e os Encontros Musicais, que têm por objetivo contribuir para a formação artística dos estudantes.

Durante a Semana são realizados debates, palestras, concertos, recitais, exposições de arte e performances e envolve toda a comunidade. Já o Concurso destina-se exclusivamente a alunos que concorrem com partituras que escrevem para percussão. Criado em 85, pretende ser mais abrangente neste ano, "ampliando-se para todos os instrumentos e passando a ter um caráter estadual e não apenas interno", afirma a professora Maria de Lourdes Sekeff, idealizadora e coordenadora dos eventos.

Finalmente, os Encontros Musicais. Essa programação mensal objetiva oferecer a oportunidade de os alunos demonstrarem seus conhecimentos teóricos na prática, como intérpretes, o que torna a atividade uma verdadeira palestra ilustrada.

As encampações fizeram aumentar n.º de inscritos

Os reflexos das encampações da Universidade de Bauru (UB) e do Instituto Municipal de Educação Superior de Presidente Prudente (IMESPP) pela UNESP já se fazem sentir: o número de inscritos aos vestibulares das duas instituições cresceu consideravelmente.

No IMESPP, houve 420 inscrições, 28% a mais do que no último concurso, quando aquele número foi 327 — o que se configura como caso único na região, neste ano. "Várias faculdades precisaram prorrogar os prazos de inscrição devido ao baixo número de candidatos", explica o diretor administrativo do Instituto, Marcos Antonio da Rocha.

Já na UB, houve um verdadeiro "boom", com um acréscimo de 45%. Neste ano, a Universidade de Bauru teve 3.786 inscrições para 1.320 vagas, contra 2.621 candidatos para 1.455 vagas no ano passado.

Rio Preto recebe equipamentos ociosos do campus de Franca

Com o objetivo de reutilizar equipamentos que estejam ociosos na Universidade, duas unidades efetivaram, recentemente, uma transação que irá favorecer ambas.

A Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), do campus de Franca, cedeu ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), do campus de São José do Rio Preto, um laboratório de línguas, que não era utilizado há 11 anos, quando o curso de Letras de Franca foi desativado.

O equipamento, da marca Sony, está seminovo e é composto por uma mesa de comando (dois gravadores de rolo, toca-disco e amplificador de som) ligado a 20 cabines, com gravadores para fitas cassete. Atendendo principalmente aos alunos de tradução do curso de Letras, o laboratório de línguas do IBILCE antes da doação possuía apenas um equipamento com uma mesa e dez cabines.

Como retribuição, docentes do IBILCE irão ministrar em Franca cursos rápidos de línguas para os professores e funcionários da Faculdade. Poderá haver também cursos de latim para os alunos de Direito e de introdução à computação a todos interessados.

Docente pede Jornal n.º 2

O professor Carlos Augusto Moraes e Araújo, do departamento de Agricultura da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, tem interesse em receber o Jornal da UNESP n.º 2, edição esgotada e que a Redação só dispõe de exemplar para arquivo. O professor solicita a quem dispuser de um exemplar que o envie para a Caixa Postal 31, CEP 15.378, Ilha Solteira.



O Diretor Antonio Christofolletti inaugurou o prédio com docentes da área.

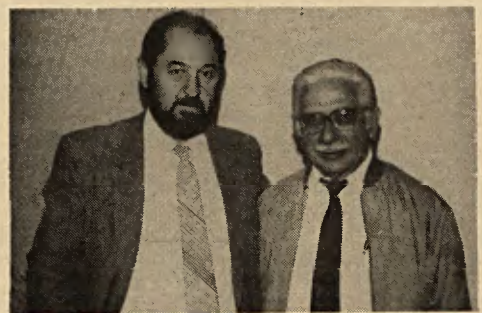
Inaugurado prédio no IGCE

O Departamento de Matemática, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), do campus de Rio Claro, ganhou novas instalações. O novo prédio, com 1.320m², tem 30 salas para docentes, duas para seminários, duas para bolsistas e estagiários e duas para pós-graduandos, além de sala de reuniões e um anfiteatro.

A solenidade de inauguração, realizada no dia 18 de dezembro, contou com a presença do vice-reitor Paulo Landim, do diretor do Instituto, Antonio Christofolletti, e de docentes da área. O novo prédio recebeu o nome de Nelson Onuchic, o primeiro professor do curso de Matemática do IGCE.

Institutos têm novos vice-diretores

O Instituto de Artes do Planalto - campus de São Paulo e o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais - campus de Presidente Prudente têm novos vice-diretores. Tratam-se, respectivamente, dos professores Irineu de Moura, que substitui José Bonifácio Fonseca, e Olímpio Beleza Martins, no lugar de Myrtes da Fonseca Pinto. A posse de ambos ocorreu no dia 5 de janeiro, na Reitoria.



Olímpio Beleza Martins e Irineu de Moura.

Ampliada a Campanha dos Bons Dentes da Odonto de Araçatuba

A Faculdade de Odontologia do campus de Araçatuba promoveu, durante os meses de setembro a novembro, a "Campanha dos Bons Dentes" que atingiu 11.435 escolares e pré-escolares da cidade. A Campanha, que anteriormente durava apenas uma semana, pôde ser ampliada graças a ajuda financeira da CAC, Comissão de Atividades Culturais da UNESP.

Sob a orientação dos docentes da disciplina de Odontologia Preventiva e Sanitária, os alunos puderam transmitir conhecimentos para a manutenção da saúde bucal, principal objetivo do programa. Houve também a colaboração da Delegacia Regional de Ensino, através de diretores, professores e cirurgiões-dentistas das escolas de 1.º e 2.º graus que auxiliaram na elaboração dos eventos a serem realizados.

Através de pequenas histórias e audiovisuais, as palestras motivavam os participantes para a prevenção da cárie dentária, aconselhando a escovação, o uso de fio dental, a utilização de flúor e as visitas periódicas ao dentista. No final de cada uma das 182 palestras, as crianças foram divididas em grupos e fizeram uma escovação supervisionada pelos organizadores. A Campanha contemplou 28 escolas de Araçatuba.



Bactérias viabilizam maior produção de metais

Utilização de bactérias que possam promover um aumento da produção de alguns metais. É esse o objetivo da pesquisa do professor Oswaldo Garcia Junior, do Instituto de Química, campus de Araraquara.

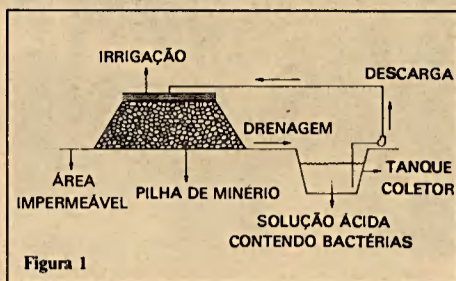
Essa bactéria — *Thiobacillus ferrooxidans* — é muito importante para um possível aproveitamento dos depósitos minerais considerados de baixo teor e que são, economicamente, inviáveis para a exploração pelos métodos convencionais.

Oswaldo Garcia explica que uma mina geralmente não tem um teor uniforme do metal. Ou seja: em alguns pontos a exploração é compensada com um volume grande de minério de teor adequado. Em outros, no entanto, esse procedimento não é viável. Mas, para se conseguir retirar o de alto teor, geralmente é necessário remover grandes quantidades do minério de baixo teor — o que, de certa maneira, exige um alto custo com equipamento, mão-de-obra, material explosivo etc. E esses grandes montes são abandonados ao longo das minas, como rejeitos minerais.

PROCESSO ANTIGO

No Brasil, por enquanto, não há um aproveitamento industrial desses rejeitos. Mas em outros países, como os EUA, URSS, Bulgária, Espanha e até mesmo no Chile e no Peru, esses rejeitos passam por um processo, conhecido como lixiviação natural, que recupera até 20% desses minérios. Como é o caso dos Estados Unidos. Lá, são produzidos anualmente cerca de 1,2 milhão de toneladas de cobre. Pouco menos de um milhão de toneladas são extraídas das áreas de alto teor. E em torno de 220 mil toneladas através desse processo de lixiviação por bactérias.

Os registros oficiais apontam que a lixiviação de metais foi descoberta — ou percebida — em 1650, nas minas de cobre do rio Tinto,



na Espanha. Mas só a partir de 1920 é que os técnicos passaram a pesquisar com mais profundidade a "lixiviação natural". O envolvimento de microorganismos na solubilização de metais ficou evidenciado por volta de 1950. E a partir daí começou a ser utilizado em escala industrial nos rejeitos minerais.

O QUE É BIOMETALURGIA?

Mas, afinal, o que é essa bactéria que ataca o metal? Quem explica é Oswaldo Garcia, que trabalhou nas minas de urânio da Nuclear, em Poços de Caldas, e já visitou alguns centros de extração no país e no exterior. Ele compara o tipo de atividade dessas bactérias que atacam os minerais e as que vivem dentro do homem. Esta última necessita de açúcar como energia vital para seu desenvolvimento. E a primeira usa a energia liberada pela reação da oxidação biológica de sulfetos, sobretudo a pirita, que proporciona a liberação de ácido sulfúrico e do íon férrico — dois poderosos agentes na lixiviação ácida de metais. Ela utiliza essas reações para a fixação do CO₂ (gás carbônico) atmosférico para a realização do metabolismo celular.

O processo biometalúrgico começa com a formação de montes de rejeitos minerais. Nesses são instalados equipamentos semelhantes



Oswaldo Garcia, professor do IQ/Araraquara.

aos de irrigação. Uma água levemente ácida é lançada sobre os montes contendo os sulfatos metálicos e é drenada para um tanque coletor pela própria gravidade. Essa água é bombeada diversas vezes para o monte de rejeitos durante vários meses. Com isso, há uma multiplicação do volume de bactérias que, por consequência, aumenta a oxidação e o metal contido vai sendo solubilizado.

Essa água, ou solução contendo o metal solubilizado, depois de ser drenada por vários meses, é levada para a usina de processamento, para a retirada definitiva do metal.

Considerando que o mineral era um rejeito e, portanto, sem interesse econômico, essa produção excedente acaba gerando uma receita adicional para a empresa mineradora.

Oswaldo Garcia lembra ainda que com o progressivo esgotamento das reservas minerais contendo elevados teores, esse processo se apresenta como uma alternativa adequada para o aproveitamento dos rejeitos minerais em escala comercial e aumentar o potencial de produção.

MELHORAMENTO GENÉTICO

Dentro dessa ótica é que o professor Oswaldo Garcia está desenvolvendo sua pesquisa, auxiliado pelas químicas Maria Teresa Marques Novo e Mickie Takagi. A pesquisa basicamente objetiva um programa de melhoramento genético das bactérias. "Estamos numa fase de investigação da variabilidade genética natural entre as linhagens de *Thiobacillus ferrooxidans* isoladas de algumas minas do país. Estamos também fazendo estudos aplicados da lixiviação bacteriana em minerais de cobre nas minas da Caraíba Metais, na Bahia, também em escala de laboratório", observa Oswaldo Garcia.

Esse melhoramento genético, conforme o pesquisador, objetiva isolar uma linhagem que seja mais eficiente em vários aspectos para, assim, acelerar o processo de lixiviação natural. Esse mesmo processo poderá ser utilizado para outros metais como o ouro, prata, zinco, níquel etc. "No Brasil — comenta Oswaldo Garcia — a produção poderia ser acima das 40 mil toneladas anuais de cobre, por exemplo, se fosse utilizado o método da lixiviação nos rejeitos minerais acumulados nesses últimos anos", analisa Oswaldo Garcia.

Novo campo de atuação para deficientes visuais

Os deficientes visuais, que há algum tempo têm encontrado incentivos para trabalhar nos setores industriais e de serviços, estão podendo recorrer a mais uma porta que os conduzem para uma atividade economicamente produtiva, socialmente útil e ocupacionalmente válida: a agricultura. E uma das instituições que asseguram essa nova passagem é a UNESP, que, através da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias e do Colégio Técnico Agrícola, ambos do campus de Jaboticabal, tem realizado cursos para cegos com o objetivo de torná-los aptos a trabalhar com gado, cultivar hortas e mudas, criar peixes e até mesmo manusear apiários. No mês de outubro, sete deficientes visuais vindos de diferentes cidades passaram por um período de treinamento no campus e, neste momento, em função da expectativa que demonstravam, já devem estar trabalhando em alguma área agrícola.

MÃOS LIVRES

Os cursos para cegos começaram a ser ministrados, em Jaboticabal, no ano de 1984, e foram motivados por um ex-aluno da Faculdade que mostrou para alguns professores o livro "Sem Segurar as Mãos", traduzido para a língua portuguesa a partir do original editado na Alemanha Ocidental. Até hoje, o projeto "Agricultura para Cegos" atendeu 55 pessoas que, após o treinamento, contam com o acompanhamento do Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos, que também apóia o projeto.

Durante o período do curso — quatro semanas —, os deficientes ficam alojados na casa de hóspedes existente no campus e o treinamento é ministrado por professores e técnicos, funcionários da Universidade. Para excluir do projeto qualquer caráter assistencialista ou paternalista, os participantes, nos primeiros dias de estada no campus, passam por um processo de adaptação no que se refere a noção de localização. Depois disso, eles caminham sem acompa-



A FCAV e o Colégio Técnico Agrícola de Jaboticabal oferecem novas oportunidades de profissionalização aos deficientes visuais.



nhamento. Os funcionários são apenas avisados de suas presenças e somente interveem no caso de perceberem que um cego está perdido. Mesmo nas horas de menor movimentação os cegos circulam sozinhos, como nas madrugadas em que deixam a casa de hóspedes e caminham centenas de metros até o curral, onde vão ordenhar as vacas.

DETERMINAÇÃO

Até passarem pelo treinamento, muitos dos participantes não tinham condições de encarar um trabalho através de uma perspectiva propriamente profissional. E é isso que o projeto "Agricultura para Cegos" procura tornar viável, mais uma vez, tentando evitar que isso ocorra com paternalismo ou assistencialismo — o que, aliás, é reforçado pela própria determinação dos cegos: a maioria deles faz do curso um instrumento para chegar a um objetivo definido anteriormente. Para os que ainda têm dúvidas — trabalhar ou não com agricultura —

o treinamento acaba por se firmar como um mecanismo para que cheguem a uma decisão. De qualquer maneira, tanto num caso como no outro, o treinamento começa com uma passagem pelos vários setores da atividade agrícola possíveis de serem exercidas por cegos: cultivo de hortas, trato com novas mudas e plantas, piscicultura, bovinocultura, apicultura etc. Somente depois de ter uma visão geral dessas áreas é que o participante passa a se dedicar exclusivamente à que escolheu.

Ivani Bonfim, de 24 anos, vai fazer do treinamento a porta de acesso para um estágio no Jardim Botânico de São Paulo, cidade onde mora. Introduzida pelo pai no trabalho em hortas e incentivada pela própria consciência ecológica que possui, ela se dedicou, no curso, ao aprendizado de como cultivar novas mudas e tratar de plantas. "Nunca vi uma moça tão esperta. Faz tudo certinho e rápido. Nem parece que é cega", conta Oswaldo Ligeiro, responsável

pelo Horto Florestal do campus de Jaboticabal e que durante o mês de outubro ministrou o treinamento de Ivani e outros três rapazes.

Quem também chegou a Jaboticabal com os objetivos definidos foram Geraldo Nogueira, de 36 anos (cego há dois anos por causa de acidente automobilístico), e José Américo Omena, 18 (a cegueira lhe chegou aos poucos), que receberam instruções e realizaram treinamentos com bovinocultura e, quando retornaram às suas cidades — Pouso Alto (MG) e Lins (SP), respectivamente — se iniciaram na nova atividade.

Os participantes do curso, realizado uma vez por ano, "têm uma força de vontade impressionante", diz o professor João Carlos de Oliveira. E os dados do Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos revelam que cerca de 80% dos que fizeram o curso estão trabalhando em empresas agrícolas, em instituições específicas para cegos ou por conta própria.